

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS

FERNANDA SILVA CARNEIRO

**POBREZA FEMININA NO BRASIL: UMA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE FGT
PARA O PERÍODO ENTRE 2012 E 2018**

OSASCO

2021

FERNANDA SILVA CARNEIRO

**POBREZA FEMININA NO BRASIL: UMA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE FGT
PARA O PERÍODO ENTRE 2012 E 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dra. Solange Ledi Gonçalves

OSASCO

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C289p CARNEIRO, Fernanda Silva
Pobreza feminina no Brasil: uma aplicação das medidas de
FGT para o período entre 2012 e 2018 / Fernanda Silva
Carneiro. - 2021.
64 f. :il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2021.
Orientador: Solange Ledi Gonçalves.

1. Feminização da pobreza. 2. Desigualdade de gênero. 3.
Indicadores FGT de pobreza. 4. Pobreza no Brasil. I. Gonçalves,
Solange Ledi, II. TCC - Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 330.981

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me conceder a força e determinação necessária para a realização dessa graduação e a finalização desse trabalho, por todas as coisas maravilhosas que sempre permitiu em minha vida.

Aos meus pais, Manoelina e Antonio, pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida. Muito obrigada por compartilharem desse momento comigo, e sempre fazerem de tudo para me ajudar no que fosse preciso. Certamente sem vocês eu não conseguiria.

Aos meus amigos, em especial a Janaina Lima, que desde o início dessa graduação esteve ao meu lado em todos os trabalhos, provas e em momentos além das paredes da faculdade. Muito obrigada por todo apoio ao longo dessa graduação.

Agradeço também à professora Solange, por ter aceitado ser minha orientadora e ter desempenhado tal função com tamanha dedicação e atenção.

Aos meus irmãos Matheus e Nicolle, meus familiares que me acolheram neste período e a todos os meus colegas e professores que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho de pesquisa.

RESUMO

Este trabalho visa analisar se no período de 2012 a 2018 ocorreu um aumento da pobreza entre as mulheres no Brasil. Foram mensurados, por meio do software STATA, os indicadores desenvolvidos por Foster, Greer e Thorbecke (1984), com microdados da PNAD Contínua (PNAD/IBGE), considerando apenas a primeira entrevista para os indivíduos chefes pelo domicílio e aplicando como linha de pobreza o valor absoluto da renda domiciliar *per capita* que é o critério de elegibilidade do Programa Bolsa Família (PBF). Além do gênero, também foram analisadas outras características dos responsáveis como cor ou raça, nível de instrução, idade, situação de ocupação, região e composição familiar. Os resultados obtidos sugerem que ao avaliar somente o sexo do chefe do domicílio não ocorreu o processo de feminização da pobreza (absoluta ou relativa), todavia para todas as análises realizadas se constatou que a pobreza é mais incidente, intensa e severa para as chefes do sexo feminino.

Palavras-chave: Feminização da Pobreza. Desigualdade de Gênero. Indicadores FGT de Pobreza. Pobreza no Brasil.

ABSTRACT

This work aims to analyze whether in the period from 2012 to 2018 there was an increase in poverty among women in Brazil. The indicators developed by Foster, Greer and Thorbecke (1984) were measured using the STATA software, with microdata from the PNAD Continuous (PNAD/IBGE), considering only the first interview for individuals heads by household and applying it as a poverty line the absolute value of the household income per capita, which is the eligibility criterion of the Bolsa Família Program (PBF). In addition to gender, other characteristics of those responsible were also analyzed, such as color or race, education level, age, occupation, region and family composition. The results obtained suggest that when evaluating only the sex of the head of the household, the process of feminization of poverty (absolute or relative) did not occur, however, for all analyzes performed, it was found that poverty is more incident, intense and severe for the heads of women.

Keywords: Feminization of Poverty. Gender Inequality. FGT Poverty Indicators. Poverty in Brazil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de *headcount* da pobreza por estado brasileiro (2012 – 2018)

Figura 2 – Mapa de *headcount* da pobreza por estado brasileiro para chefia feminina (2012 – 2018)

Figura 3 – Mapa de *headcount* da pobreza por estado brasileiro para chefia masculina (2012 – 2018)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de chefe de família por sexo

Gráfico 2 - Proporção de chefe de família por sexo entre os mais pobres

Gráfico 3 – Incidência da pobreza por sexo do chefe de família

Gráfico 4 – Intensidade da pobreza por sexo do chefe de família

Gráfico 5 – Severidade da pobreza por sexo do chefe de família

Gráfico 6 – Incidência da pobreza por sexo e cor ou raça do chefe de família

Gráfico 7 – *Headcount* por nível de instrução do homem chefe de família

Gráfico 8 – *Headcount* por nível de instrução da mulher chefe de família

Gráfico 9 – Distribuição de idade entre os homens chefes de família

Gráfico 10 – Distribuição de idade entre as mulheres chefes de família

Gráfico 11 – Incidência da pobreza por idade do chefe masculino

Gráfico 12 – Incidência da pobreza por idade do chefe feminino

Gráfico 13 – Incidência da pobreza por situação de ocupação do chefe de família

Gráfico 14 – Perfil dos chefes de domicílio abaixo da linha da pobreza por situação de ocupação

Gráfico 15 – *Headcount* por sexo e faixa etária do chefe de família

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modificações nas linhas de pobreza e extrema pobreza do PBF

Tabela 2 – Incidência da pobreza (2012 – 2018)

Tabela 3 – Intensidade e severidade da pobreza por sexo e cor ou raça

Tabela 4 – Proporção do nível de instrução no *headcount* por sexo do chefe de família

Tabela 5 – Incidência e severidade da pobreza por nível de instrução e sexo do chefe de família

Tabela 6 – Incidência e severidade da pobreza por faixa etária e sexo do chefe de família

Tabela 7 – Distribuição da ocupação por sexo do chefe de família

Tabela 8 – Incidência de pobreza por ocupação e sexo do chefe de família

Tabela 9 – Intensidade e severidade de pobreza por ocupação e sexo do chefe de família

Tabela 10 – Incidência e severidade da pobreza por região brasileira

Tabela 11 – Incidência e severidade da pobreza por região brasileira e sexo do chefe de família

Tabela 12 – Composição familiar por sexo da chefia

Tabela 13 – Intensidade e severidade da pobreza por composição familiar e sexo da chefia

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FGT – Foster, Greer e Thorbecke

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PBF – Programa Bolsa Família

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas

SUMÁRIO

SUMÁRIO	10
1. INTRODUÇÃO	5
2. O PENSAMENTO CIENTÍFICO SOBRE POBREZA	6
2.1. Definições de pobreza.....	6
2.2. Definição das linhas de pobreza	11
2.3. Métodos de Mensuração da pobreza.....	15
3. A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	19
3.1. Gênero e Pobreza.....	20
3.2. O conceito de feminização da pobreza e seus desdobramentos.....	22
4. METODOLOGIA	24
4.1. Definição de chefia da família – PNAD Continua	25
4.2. Grupo de indicadores FGT	27
4.3. Linha de pobreza e extrema pobreza do PBF	28
5. INDICADORES FGT E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	29
5.1. Pobreza e sexo do chefe de família	30
5.2. Incidência, intensidade e severidade da pobreza por sexo do chefe de família	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1. INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade de gênero são dois problemas socioeconômicos de longa data que ainda são presentes na sociedade. No período de 2001 a 2015, o Brasil presenciou o aumento significativo de famílias chefiadas por mulheres. Não se trata, somente, de mudança na estrutura familiar brasileira, com um aumento do número de famílias monoparentais com chefe do sexo feminino, mas também ao que se refere no papel da mulher na sociedade. Devido às condições socioeconômicas sob as quais a população do sexo feminino é submetida¹, essas famílias tendem a apresentar uma situação de maior vulnerabilidade quando comparada à de outras estruturas familiares – aquelas chefiadas por casais ou homens, por exemplo. Entretanto, tal situação não é mais provocada por um baixo nível educacional ou de habilidades, já que as mulheres apresentam maior número de anos de estudo e taxas de conclusão das etapas da educação no país, mas sim devido as constantes desigualdades de gênero e raça presentes no país.

Pesquisas que auferem a sobre-representação e um processo de feminização da pobreza no Brasil, ou seja, quando a pobreza passa a ser um fenômeno majoritariamente feminino, foram realizadas principalmente entre os anos de 2000 e 2015. Não há um padrão de análise entre esses estudos, isto é, eles utilizam indicadores, metodologias e linhas de pobreza distintos. Diferentemente de trabalhos que foram realizados para períodos de análise anteriores aos anos 2000, como Lavinias (2006) e Costa et al. (2005), traços da feminização da pobreza e da sobre-representação feminina foram identificados no Brasil em estudos mais recentes. Dentre esses trabalhos, podemos citar Raiher et al (2020) e Raiher (2016). De forma geral, essas pesquisas constataram uma concentração nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, e em domicílios chefiados por mulheres negras, indígenas, pardas e que residem na zonal rural (RAIHER, 2016, p. 124).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar e confirmar a existência de um processo de feminização da pobreza no Brasil, no período de 2012 a 2018, por meio dos dados da PNADC (IBGE) e dos indicadores de pobreza FGT (Foster, Greer e Thorbecke), que mensuram não

1 Uma ampla literatura mostra que as mulheres apresentam menor rendimento no mercado de trabalho, sofrem com a segregação ocupacional, ocupam as vagas de maior precariedade e estigma e apresentam maiores desafios na progressão na carreira.

somente a incidência da pobreza, mas também a sua profundidade e severidade. Assim, este trabalho está estruturado em cinco seções. Após uma breve introdução, é realizado um debate sobre o pensamento científico construído sobre a pobreza, em que são apresentadas as principais definições e formas de mensuração construídas ao longo do tempo. Em seguida, consta uma discussão acerca da relação entre gênero e pobreza e a construção do termo “feminização da pobreza”, relacionando as quatro principais formas de constatação da mesma. Na seção quatro tem-se a metodologia adotada, e por fim são apresentados os resultados e análises obtidos com a mensuração dos indicadores FGT.

2. O PENSAMENTO CIENTÍFICO SOBRE POBREZA

Estudos acerca da pobreza são recorrentes e recaem sobre interesses governamentais e acadêmicos. Neste capítulo será abordado, em linhas gerais, a trajetória do pensamento científico sobre a pobreza e suas principais definições. Em seguida são apresentadas discussões no que se refere às possíveis formas de mensuração do fenômeno, passando por linhas de pobreza, e o desenvolvimento de indicadores conhecidos que estão diretamente relacionados ao tema.

2.1. Definições de pobreza

O conceito de pobreza passou por diversas modificações ao longo do tempo. As discussões remontam ao século XVI com as promulgações das *Poor Laws* elizabetanas. O problema de pesquisa surge mediante a preocupação de que a estabilidade social construída é ameaçada e pressionada por aqueles indivíduos que não estão inseridos na organização social do trabalho (CODES, 2008, p.7).

A preocupação com a pobreza se acentuou ao verificar que nos países em desenvolvimento, principalmente aqueles que estavam deixando de ser colônias, muitas pessoas viviam em situação de miséria. Assim, a partir do final do século XX verificou-se a necessidade de maior aprofundamento no assunto, de maneira a haver mais conformidade entre os estudos realizados, para que os resultados das pesquisas oferecessem compreensões mais claras sobre a manifestação do fenômeno (CODES, 2008, p.8).

Não existe, na literatura, um conceito que seja aceito unanimemente por estudiosos do assunto, tendo em vista a gama de definições que devem ser consideradas para identificar se um indivíduo é ou não pobre. Por exemplo a definição de quais as necessidades ou fatores que caracterizam uma situação de pobreza, o ponto em que podem ser consideradas satisfeitas e a forma de mensuração (SOMMA, 2009, p.130). É relevante para pesquisas sobre a pobreza, a definição desses fatores, visto que proporcionam uma visão mais analítica do objeto de estudo, tornando possível a concepção de políticas públicas mais assertivas (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 3).

Costa e Silva (2017) argumentam que apesar das divergências entre as definições, é observável que, em algum ponto, todas elas convergem para a noção de carência, privação, falta ou a incapacidade humana em relação a algum elemento. Ou seja, as diversas interpretações variam na maneira pela qual o bem-estar dos indivíduos é definido (CHIARINI, 2009, p. 223).

A linha de trajetória da evolução do pensamento científico sobre a pobreza desenhada por Codes (2008) é baseada nas diferentes perspectivas conceituais que foram sucedidas ao longo do tempo, sendo elas cinco: a perspectiva da subsistência, as necessidades básicas, a pobreza como privação relativa, a pobreza como privação de capacidades e a perspectiva da multidimensionalidade.

2.1.1. Pobreza pela ótica da subsistência

A ideia de pobreza como subsistência classifica como pobre a família cuja renda não é suficiente para obter o mínimo necessário para a manutenção física do indivíduo. Trata-se de uma concepção unidimensional da pobreza, ligada à redistribuição dos recursos e as deficiências sociais residuais (CODES, 2008, p. 11). Seu desenvolvimento pode ser dividido em dois estágios. O primeiro diz respeito a estudos nutricionais desenvolvidos em linha com as diretrizes das *Poor Laws*, em meados 1890, em que esses profissionais buscavam determinar ações que permitissem acesso a um nível mínimo de alimentação, que fosse suficiente para garantir a resistência e reprodução física da população mais pobre, isto é, das famílias cuja renda era considerada insuficiente para esse propósito (RAITANO; RIBEIRO; 2019, p. 3).

Já o segundo estágio ocorreu no pós Segunda Guerra Mundial, com a apresentação e publicação do relatório sobre segurança social, elaborado por Sir William Beveridge. A conotação dada à pobreza sofreu algumas mudanças, no sentido de passar a ser entendida como um problema que afeta a coesão social, tornando-se alvo de ações Estatais que se concentram

na manutenção do pleno emprego como principal ferramenta de combate à pobreza (RAITANO; RIBEIRO; 2019, p. 4).

A ideia de subsistência exerceu grande influência sobre práticas científicas, políticas nacionais e internacionais no decorrer dos séculos. Ainda hoje diversos países utilizam esse conceito para assuntos relacionados a pobreza, todavia a ótica da subsistência é alvo de muitas críticas, sendo a principal de que por essa visão apenas as necessidades físicas dos indivíduos são consideradas, ignorando o fato de que o ser humano é um ser social e possui outras necessidades, que vão além da reposição orgânica de suas energias (RAITANO; RIBEIRO; 2019, p. 4). Um ponto bem interessante colocado por Codes (2008) é que ao considerar a pobreza apenas como um conceito de subsistência, podemos concluir erroneamente que o crescimento nacional da riqueza material é suficiente para combater as privações.

2.1.2. As necessidades básicas

As críticas estabelecidas sobre o conceito de subsistência abriram caminho para o desenvolvimento da interpretação das necessidades básicas, que ganhou evidência a partir de 1970, quando se apontou a ideia de que o progresso social seria melhor auferido caso fosse elaborado via a satisfação das necessidades básicas das pessoas, ao invés do crescimento econômico (CRESPO; GUROVITZ; 2002, p. 4).

A ideia das necessidades básicas abrange dois grupos de elementos. O primeiro grupo diz respeito ao mínimo de requerimentos que uma família precisa para consumo privado. Neste ponto, não se limita apenas a necessidade física de reposição de energia do organismo, mas considera também abrigo, roupas, móveis e equipamentos. Já o segundo grupo corresponde aos serviços essenciais que devem ser promovidos por/para a sociedade como um todo, como água potável, serviços sanitários, transporte público, saúde, educação e acesso à cultura. Ou seja, as necessidades básicas são uma extensão da subsistência, porém mais abrangente (GONÇALVES, 2015, p.26).

Assim como a abordagem da subsistência, a abordagem das necessidades básicas também apresenta algumas limitações, como o baixo potencial de evidenciar e avaliar condições de grupos específicos de cidadãos, não incorporando as severas privações vivenciadas por determinados grupos da sociedade (TOWNSEND, 1993, p. 33 *apud* CODES, 2008, p. 15).

2.1.3. Privações Relativas

O reconhecimento da interdependência entre o conceito científico da pobreza e as estruturas sociais e institucionais, pode ser considerado como fator gerador do conceito de pobreza como privação relativa, que se constitui, principalmente, da percepção científica de que a relação entre privações e renda é algo mutável ao longo do tempo e entre comunidades, assim, a pobreza deve ser analisada por meio de comparações em uma dada realidade socioeconômica, em função do contexto social no qual o indivíduo está inserido, do padrão de vida e da forma com a qual as diferentes necessidades são supridas, portanto, o fenômeno pode ser compreendido como um estado de carência relativa a outras situações sociais as quais é confrontado. Essa definição abre espaço para identificar a pobreza como a negação/impedimento dos direitos de cidadania (CODES, 2008, p. 15-16).

2.1.4. Privação das capacidades

A pobreza como privação de capacidades é resultado da contribuição conceitual realizada pelo economista Amartya Sen. O economista indiano incorporou à interpretação da pobreza o viés de pensamento sobre justiça social, igualdade e desigualdade, culminando na análise da pobreza com as conotações legais, implicações políticas e sua pertinência social. Apesar de não negar a relevância dos fatores econômicos para a pobreza, Sen ressalta que a renda não é o único instrumento capaz de gerar capacidades, além de que a relação renda-capacidades pode ser intensificada a depender de diversos fatores que condicionem necessidades distintas entre as famílias como a idade, sexo e local de residência (SEN, 1999, p. 98 - 120).

A abordagem de privação das capacidades analisa a pobreza por meio das liberdades (capacidades) que um indivíduo possui para usufruir de uma vida que considere digna. A existência de bens e serviços em um espaço não é garantia de que os indivíduos ao seu redor podem usufruí-lo e, portanto, o que gera a miséria e a fome não é a escassez de bens, mas a incapacidade de obtê-los (CODES, 2008, p. 20).

Todavia, Codes (2008) ressalta que a análise posta por Sen é de difícil mensuração e aplicabilidade, uma vez que trata de aspectos que não são facilmente observáveis na realidade, caracterizando à abordagem das capacitações como uma perspectiva filosófica da natureza do problema. Assim, apesar das dificuldades em materialização dessas ideias, a abordagem das capacitações permite uma maior compreensão da natureza e das causas da pobreza e das privações, mais próxima da justiça social.

2.1.5. Abordagem Multidimensional

Codes (2008) indica que a tendência no decorrer da construção do estudo científico sobre a pobreza, é a de ampliar a percepção do fenômeno, em que cada vez mais, múltiplas dimensões foram sendo investigadas e associadas ao tema. Ou seja, o estudo feito sob a perspectiva da renda se tornou parcial (cabe ressaltar que não foi invalidado, mas outros fatores foram incorporados ao assunto), e a pobreza passou a ser vista como um sistema de múltiplas propriedades (que podem ou não ser mensuráveis/estimadas) seja em suas causas, consequências e sintomas, de naturezas distintas, possibilitando novas perspectivas de análises, sendo essa a proposta da abordagem multidimensional da pobreza. Entretanto, Raitano e Ribero (2019, p. 10) alertam que o benefício da amplitude de indicadores considerados, pode acarretar em problemas de mensuração, visto que um método dimensional utilizado para a análise da pobreza em um espaço e tempo definido pode não permitir a comparabilidade à outra realidade.

Romão (1982) demonstra que a depender dos elementos considerados na análise da pobreza, a mesma pode ser classificada ente subjetiva e objetiva. A classificação da pobreza como juízo de valor, ou pobreza subjetiva, está relacionada ao que o indivíduo sente a respeito do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável (CRESPO; GUROVITZ; 2002, p. 3). Romão considera esse tipo de interpretação inadequada, pois entende que a pobreza é uma situação social passível de identificação, cuja a característica mais fácil de ser observada é a ausência de recursos de um indivíduo ou um grupo. Além disso, o sentimento de pobreza pode variar dependendo da situação. Portanto, Romão (1982) conclui que o enfoque da pobreza sob o juízo de valor deve ser rejeitado, visto não considerar o problema como um fenômeno concreto.

Uma alternativa para o uso da abordagem subjetiva indicada por Soares (2009) é a da construção de linhas de pobreza objetivas, expressas monetariamente e que sejam validas para todos os indivíduos, independente do sentimento de pobreza, mas que faça uso da abordagem subjetiva ao solicitar que as pessoas avaliem o que seria a renda necessária para a obtenção dos padrões mínimos vitais.

Já a classificação de pobreza objetiva é subdividida em outras duas categorias: a pobreza relativa e a pobreza absoluta.

O conceito de pobreza relativa é mais amplo, quando comparado ao conceito de pobreza absoluta, na medida em que está relacionado à exclusão social. Sob a ótica da pobreza relativa as pessoas tem menos de algum item/atributo desejado, como renda, condições favoráveis de emprego ou poder, do que outros indivíduos (CRESPO; GUROVITZ; 2002, p. 4). Romão

(1982) julga que essa visão é de grande importância para os estudos da pobreza, pois a carência absoluta deve ser analisada em comparação aos padrões sociais contemporâneos. Existe uma construção de crítica aos meios de estudo da pobreza que não levam em consideração nas suas análises o caráter social da pobreza – assim não a distinguindo da desigualdade, o que é equivocado pois um indivíduo pobre não é apenas aquele que sofre com a desigualdade na distribuição da renda, mas aquele que não possui sequer o mínimo necessário. Por essa razão, a compreensão da pobreza como uma questão social é central (CODES, 2008, p. 17).

Todavia, não é suficiente, devido à falta de margem para a noção da destituição absoluta e, portanto, para a percepção da privação. A pobreza absoluta é passível de ser observada via fixação de níveis mínimos ou suficientes das necessidades do indivíduo ou grupo, de acordo com algum padrão, como nutricional, de moradia ou de vestuário. Tal abordagem é reconhecida por limite ou linha da pobreza, que ao instituir um padrão mínimo de vida, relaciona a pobreza com a natureza da sociedade e seus valores (ROMÃO; 1982, p.360).

2.2. Definição das linhas de pobreza

De acordo com Costa e Silva (2017) linhas de pobreza são ferramentas comumente utilizadas para classificar os indivíduos como pobres. Porém, seu uso não está associado exclusivamente a distinguir pobres de não pobres, mas também podem expressar um subconjunto dentro do grupo já considerado pobre.

Assim como os muitos conceitos de pobreza, são diversas as metodologias desenvolvidas para a determinação de uma linha de pobreza. Soares (2009) afirma que devido a variedade de definições, determinar uma metodologia oficial não é tarefa simples, mas mesmo assim as linhas de pobreza são frequentemente utilizadas em políticas públicas, como critério para incluir ou excluir indivíduos em programas sociais. Além disso, Oliveira (2018) afirma que as linhas de pobreza também servem como um referencial aos formuladores de políticas sociais, pois o objetivo de tais políticas é fazer com que as famílias que estão abaixo da linha da pobreza possam superá-la.

Linhas da pobreza estão relacionadas a ideia de bem-estar, que pode ser determinado por meio de variáveis de aspecto monetário ou não monetário. Oliveira (2018) define linha da pobreza como um nível de renda mínimo que possibilite ao indivíduo uma vida digna, e que para sua determinação cinco fatores devem ser decididos:

“(...) a primeira consiste em decidir se esta será baseada na renda ou no consumo; na segunda, determinar a unidade a ser estudada: o indivíduo, a família, o domicílio, per capita ou adulto equivalente; a terceira, decidir se a análise consistirá em uma única linha de pobreza ou na divisão entre linha de pobreza rural e urbana, ou ainda em diferentes regiões; a quarta, se a linha de pobreza será concebida de forma científica, política, subjetiva ou por mera conveniência; e finalmente a quinta definição diz respeito a como poderão ser usados outros indicadores além da renda e consumo” (OLIVEIRA, 2018, p. 40).

As diferentes interpretações sobre a pobreza, levam a abordagens distintas para a definição do cálculo da linha. Para a interpretação que enxerga o problema da pobreza como derivado da insuficiência de renda, geralmente, encontram-se na literatura quatro definições básicas. São elas as linhas absolutas, oficiais, subjetivas e relativas, das quais possuem outras ramificações.

Oliveira (2018) ainda propõem mais uma definição, das linhas duais ou híbridas, que consistem basicamente na combinação de duas linhas de pobreza, com a finalidade de realizar comparações de pobreza.

2.2.1. Linhas da pobreza absolutas

Costa e Silva (2017) definem as linhas de pobreza absoluta como a determinação de um valor mínimo de renda, capaz de suprir as necessidades do ser humano. Quando o mínimo em questão está relacionado exclusivamente ao caráter nutricional, se tem uma linha de indigência. Porém, quando esse mínimo tem a si atribuídas outras necessidades, então Costa e Silva (2017) consideram que se obtêm a linha da pobreza na essência da palavra. Oliveira (2018) alega que tal metodologia é de grande utilidade quando o objetivo da pesquisa permite construir uma única linha, entretanto deve ser utilizado cautelosamente quanto aplicado para diferentes regiões, setores ou datas, devido as especificidades de cada ocasião.

Assim como dito anteriormente, as linhas possuem outras ramificações metodológicas. Soares (2009) explica que há mais de uma forma de abordar o cálculo da linha da pobreza absoluta. A princípio se deve definir quais e quantos nutrientes serão considerados para estabelecer o mínimo necessário, para isso a abordagem normalmente utilizada é a do cálculo do custo de uma cesta mínima desses nutrientes. Após essa mensuração, se deve escolher entre dois métodos, os quais Soares (2009) chama de “Método Calórico Direto” e o “Método Calórico Indireto”.

Soares (2009) alega que o Método Calórico Direto consiste na aplicação de três passos. O primeira é a atribuição do consumo calórico de uma família, geralmente por meio de uma

tabela de alimentos e uma pesquisa de consumo familiar. Em seguida, com o auxílio de análise de regressão, faz-se a estimação da relação entre a renda e o consumo calórico. Por fim, a linha de pobreza é definida no ponto em que as calorias mínimas são atingidas.

Já o Método Calórico Indireto considera além do consumo de alimentos outros bens, correspondendo a dois estágios distintos do cálculo. Primeiro é realizada a mensuração da linha de pobreza calórica, e a partir desta definição se realiza o cálculo da linha de pobreza propriamente dita, ou a linha não-extrema (SOARES, 2009, p. 22). Tal definição se apoia na aplicação da Lei de Engel, sob a qual se supõem que há uma relação inversa entre a proporção da renda gasta com alimentação e as variações na renda, ou seja, quando há um aumento na renda, a proporção gasta com alimentação diminui (OLIVEIRA, 2018, p. 42).

Ambas as metodologias possuem desvantagens. Soares (2009) argumenta que em geral, o método direto necessita de pesquisas orçamentárias com uma riqueza de detalhes maior ao comparado com outras abordagens, e o método indireto requer que o pesquisador tome uma série de decisões arbitrárias que, apesar de se utilizar dos mesmos dados, podem produzir distintas linhas de pobreza. Além dessas desvantagens, Romão (1982) elenca como problema da abordagem absoluta que os requisitos nutricionais mínimos podem variar muito entre os indivíduos, a depender do clima, das condições físicas dos indivíduos, das condições de trabalho, entre outros, e também, ao determinar esse nível nutricional mínimo, os hábitos alimentares não são considerados. Ou seja, essa abordagem conta com muitas dificuldades de especificação (ROMÃO, 1982, p. 361).

2.2.2. Linhas da pobreza oficiais

As linhas de pobreza oficiais, ou linhas administrativas, não possuem uma definição ou metodologia específica, apenas expressam um valor arbitrário definido, normalmente, por um Estado/País, em função, principalmente, da distribuição orçamentária (COSTA; SILVA, 2017, s/p).

Para Soares (2009) a principal desvantagem dessa linha de pobreza é que apesar de sua construção estar direcionada para a distribuição de recursos, as linhas de pobreza administrativas devem incorporar o espaço fiscal disponível em cada governo para a realização das transferências de renda e, portanto, ao ter que respeitar a restrição orçamentária, os conceitos utilizados para sua determinação adquirem outras variáveis que estão além dos conceitos de pobreza propriamente ditos.

Um exemplo administrativo é a adoção do salário mínimo como linha de pobreza. Segundo Romão (1982), o motivo para a adoção dessa determinação é a de que o salário mínimo oficial de um país é uma *proxy* adequada para o montante de renda necessária para o nível de vida mínimo. Entretanto, existem algumas limitações nessa fundamentação. Soares (2009) critica a adoção do salário mínimo como linha de pobreza, pois o salário mínimo não é refletido em termos reais dependendo da conjuntura econômica e política do país, comprometendo comparações temporais. Romão (1982) também elenca algumas limitações, como a de que o salário mínimo não é realista por não representar o nível de vida real de uma pessoa pobre, além do mais pode ser inatingível para a maioria dos pobres, uma vez que os salários não constituem a fonte de renda de muitas famílias e são regulamentados pela legislação no mercado formal, não tendo uma abrangência garantida no mercado informal.

2.2.3. Linhas de pobreza relativas

Soares (2009) descreve que a abordagem da linha de pobreza relativa foi construída com base nas insatisfações provocadas pela metodologia objetiva. Entre as insatisfações citadas pelo autor, está a dificuldade em comparar países, ao adotar uma linha objetiva, pois as definições a respeito do que seriam os mínimos necessários podem distinguir bastante de um país para outro.

Fundamentalmente, as linhas de pobreza relativa também avaliam as necessidades mínimas a serem satisfeitas, porém considerando o padrão médio, ou a mediana, de consumo na sociedade (OLIVEIRA, 2018, p. 41). O padrão médio (ou a mediana) do consumo é utilizado com a justificativa de que ao estabelecer esse parâmetro, uma fração dele é capaz de servir como referencial para o que a sociedade em análise considera como mínimo aceitável de consumo (SOARES, 2009, p. 30).

Assim como a metodologia de linha de pobreza absoluta, a perspectiva relativa possui interpretações distintas. A abordagem de bens relacionais afirma que o bem-estar do indivíduo não está unicamente pautado na quantidade que consome de um bem em si, mas sim na relação de quanto o indivíduo consome e o quanto é consumido pelos outros, e esse padrão é estabelecido em função do nível médio de renda da comunidade (SOARES, 2009, p. 31).

A outra abordagem das linhas de pobreza relativa é a de capacidades e comodidades. Construída a partir da abordagem das capacidades de Amartya Sen, nessa perspectiva, a pobreza é definida por capacidades, mas mensurada por meio de comodidades, que por sua vez são definidas por um bem ou um conjunto de bens (SOARES, 2009, p. 31).

Oliveira (2018) ressalta que a abordagem relativa é mais comumente utilizada em países desenvolvidos, enquanto a adoção de linhas de pobreza absoluta é preferencialmente aplicada nos países em desenvolvimento. Essa distinção se daria porque nos países desenvolvidos o mínimo essencial para a subsistência já estaria assegurado.

2.2.4. Linhas de pobreza subjetivas

Assim como o conceito de pobreza subjetiva, a metodologia de linha de pobreza subjetiva a determina com base em um valor mínimo necessário, pelo qual o indivíduo seja capaz de fazer parte de um contexto social (OLIVEIRA, 2018, p. 41). Soares (2009) explica que conceitualmente, o argumento a favor da adoção de linhas subjetivas é o de que a pobreza deve ser estudada levando em consideração os padrões de vida da sociedade e da época de análise.

Entretanto, essa abordagem é construída em concordância com a percepção do indivíduo sobre a sua vida (COSTA; SILVA, 2017, s/p), e por essa razão, apesar de se aproximar da abordagem das linhas relativas de pobreza, é diferente, pois não há comprovação de que as necessidades indicadas histórica e culturalmente sejam estabelecidas com base na renda média ou mediana daquela sociedade/época (SOARES, 2009, p. 38).

2.3. Métodos de Mensuração da pobreza

Os indicadores sociais podem ser definidos como medidas utilizadas para quantificar ou operacionalizar conceitos sociais abstratos, que ao serem mensurados oferecem informações sobre a realidade social da população analisada, ou até mesmo as mudanças que estão ocorrendo na mesma (JANNUZZI, 2012, p.2). Em função dos diferentes níveis de desenvolvimento que os países possuem, é preciso que para aplicar os conceitos de pobreza sejam consideradas as singularidades de cada situação, bem como a escolha de procedimentos de mensuração pertinentes, de forma que os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade possam ser identificados (CODES, 2008, p.16).

Para Medeiros (2012, p. 153) qualquer tentativa de mensurar a pobreza recai sobre os problemas de identificação e de agregação, em que para classificar pobres e não pobres de uma população, é necessário escolher, dentro de uma gama de distintas definições, qual conceito de pobreza será utilizado, e além disso adotar uma regra de agregação que permita contabilizar o nível de pobreza nessa população. Tais definições afetam diretamente as conclusões do

estudo. Lettieri e Paes (2006, p.6) elucidam que o problema da identificação está relacionado a especificação de uma linha de pobreza, enquanto o problema da agregação envolve a determinação de um índice de pobreza.

Santos (2019, p.17) menciona que a operacionalização dos estudos sobre a pobreza, viabilizou a elaboração de indicadores que considerem as especificidades regionais do local de estudo, como a economia e a população. Para isso, a escolha de um fator que compreenda a pobreza o mais precisamente possível é primordial. Alguns autores enxergam na renda uma medida em potencial para tal feito, visto que está associada à capacidade de consumo dos indivíduos. Hoffman (1998, p.217), observa que apesar de ser uma medida “bastante imperfeita” das circunstâncias nas quais se encontram os indivíduos (ou as famílias), a renda ainda é o melhor parâmetro isolado para a avaliação dessas condições nas economias de mercado.

Jannuzzi (2012) aponta que, seja para a aplicação em pesquisas acadêmicas ou na avaliação de políticas públicas, é necessário que os indicadores sociais utilizados apresentem uma série de propriedades observáveis. Além de possuir relevância para a discussão proposta, o indicador deve ter proximidade com o conceito de pobreza escolhido pelo pesquisador, grau de cobertura populacional adequado ao que se propõe, capacidade de refletir mudanças nas condições que afetam as dimensões de estudo, metodologia fácil e transparente de maneira inteligível ao público alvo, permitir a atualização periódica a baixo custo e ser passível de desagregação. Outro fator importante é que os dados utilizados para a construção do indicador devem ser confiáveis.

Considerando exclusivamente a ótica da renda para o estudo da pobreza, Hoffman (1998, p.220) elenca como medidas a Proporção de Pobres, Insuficiência de Renda e o Índice de Pobreza de Sen.

i) Proporção de Pobres (H):

Também conhecido como medida de incidência da pobreza, este indicador é muito usual, pois para diversas finalidades de análise é preferível que a quantidade de pobres seja expressa como porcentagem/fração da população, tornando possível comparações entre diferentes períodos históricos, por exemplo (MEDEIROS, 2012. p. 159 – 160). Como exposto por Carvalho et al (2016), para obter a incidência de pobreza considere uma população n , ordenada conforme os valores crescentes de renda, na qual seja x_i (com $i = 1, \dots, n$) a renda da i -ésima pessoa ($x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n$) e z a linha de pobreza. Admitindo que há p pessoas pobres, isto é, $x_p \leq z$. A proporção de pobres (H) é:

$$H = \frac{p}{n}$$

Hoffman (1998, p. 220) e Medeiros (2012, p. 160) apontam que essa medida é insensível à intensidade da pobreza entre os pobres, isto pois apenas capta a extensão da pobreza e não é afetado pela redução da renda de um pobre, ou seja, é indiferente entre pobres que estão apenas R\$ 0,01 centavo abaixo da linha da pobreza e os indigentes.

ii) Insuficiência de Renda (I):

A insuficiência de renda, ou o hiato de pobreza, mede a diferença entre a renda de uma pessoa pobre e a linha de pobreza (MEDEIROS, 2012, p. 160). Pode ser expressa por (CARVALHO et al, 2016):

$$z - x_i \text{ (com } i = p)$$

A soma de todos os hiatos individuais é chamada de hiato agregado de pobreza. Admitindo-se como verdadeira a hipótese de transferências de renda perfeitamente identificadas, focalizadas e realizadas sem custo, o hiato agregado indica quanto de renda seria necessário para erradicar a pobreza (MEDEIROS, 2012, p. 160). É definida como (CARVALHO et al, 2016):

$$\sum_{i=1}^p (z - x_i)$$

Ambas as medidas de insuficiência de renda (individual e agregada) podem apresentar significados distintos a partir do tamanho da população referida. Assim, para resolver esse problema é feita a divisão do hiato agregado pelo tamanho da população (MEDEIROS, 2012, p. 160). Carvalho et al (2016) expressa a relação entre a insuficiência de renda dos p pobres e seu valor máximo (pz) como razão de insuficiência de renda (I):

$$I = \frac{1}{pz} \sum_{i=1}^p (z - x_i)$$

Em que ao ser m a renda média dos pobres, isto é o hiato agregado médio, que se torna indiferente ao tamanho da população:

$$m = \frac{1}{p} \sum_{i=1}^p (x_i)$$

Verifica-se, então, que ao realizar o quociente entre o hiato médio e a linha de pobreza utilizada, se obtém uma proporção da própria linha, ou seja, a distância média entre a renda dos pobres e a linha de pobreza adotada (MEDEIROS, 2012, p. 160):

$$I = 1 - \frac{m}{z}$$

Assim como para o indicador de Proporção de Pobreza, Hoffmann (1998, p. 221) e Medeiros (2012, p. 160) concordam que o indicador de Insuficiência de Pobreza também possui algumas dificuldades. É sensível à intensidade da pobreza de cada indivíduo, porém insensível à extensão da pobreza, ou seja, apesar de identificar ações de erradicação da pobreza, não é capaz de absorver ações de alívio da pobreza. Hoffmann (1998, p. 221) indica que uma solução seria considerar como medida da pobreza o produto de IH, tendo em vista possuírem qualidades e defeitos complementares.

iii) Índice de Pobreza de Sen (P_s):

Apesar de muito usuais, os indicadores apresentados até o momento possuem limitações muito significativas, como a não observância do princípio de transferências de Pigou-Dalton, isto é, não se alteram quando ocorre a transferência de renda entre os indivíduos pobres (MEDEIROS, 2012, p. 162).

O princípio das transferências de Pigou-Dalton é observável dentro de um conjunto de axiomas significativos para indicadores de pobreza apresentados por Lettieri e Paes (2006). São eles:

A.1. Axioma da Focalização: o índice de pobreza deve ser independente das rendas dos não pobres;

A.2. Axioma da Monotonicidade Fraca: Uma redução na renda de uma pessoa pobre, *ceteris paribus*, deve aumentar a pobreza;

A.3. Axioma da Monotonicidade Forte: Um aumento na renda de um indivíduo pobre deve reduzir a pobreza;

A.4. Axioma da Transferência Mínima: A pobreza aumenta se houver uma transferência regressiva entre dois pobres, sem que haja modificações no conjunto;

A.5. Axioma da Transferência Fraca: A pobreza aumenta se houver uma transferência regressiva de um pobre para outro indivíduo que não necessariamente seja pobre;

A.6. Axioma da Transferência Forte: O conjunto de pobres pode variar, visto que pode haver a transferência de um pobre para um mais rico (ou menos pobre);

A.7. Axioma da Simetria: A pobreza não se altera se reordenarmos as rendas;

A.8. Axioma da Linha de Pobreza Crescente: Significa que entre duas sociedades idênticas, aquela que possuir uma linha de pobreza mais elevada terá um número maior de pobres.

Assim, como é possível observar, os indicadores de incidência e intensidade da pobreza violam pelo menos um dos axiomas de transferência e de monotonicidade. Visando superar esse problema, Sen (1976, p. 223) procurou desenvolver um indicador que atendesse a ambos axiomas e ainda considerasse a desigualdade de distribuição entre os pobres, ao incorporar o coeficiente de Gini (G):

$$P_S = H[I + (1 - I)G]$$

Para P_S , $0 \leq P_S \leq 1$, sendo $P_S = 0$ quando todos os indivíduos observados possuem renda maior que z , e $P_S = 1$ quando a renda é igual a 0. Medeiros (2012, p. 164) ressalta que é possível observar no indicador de Sen que caso ocorra um impacto de maior renda média dos pobres, ele é absorvido se observada mais desigualdade entre eles. Justamente por incorporar o coeficiente G, o indicador P_S pode ser decomposto considerando as diferentes fontes de rendimento, entretanto, justamente pelo mesmo motivo, não pode ser decomposto em subgrupos de população (MEDEIROS, 2012, p. 164).

Em 1984 Foster, Greer e Thorbecke apresentaram um indicador de pobreza semelhante ao desenvolvido por Sen, porém com o diferencial de ser passível de decomposição em subgrupos, isto porque em substituição ao coeficiente de Gini, os autores optaram por empregar a metade do quadrado do coeficiente de variação como indicador de desigualdade (MEDEIROS, 2012, p.165). O grupo de indicadores FGT mensuram a incidência, intensidade e severidade da pobreza.

3. A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

As inúmeras discussões na literatura acerca da definição da pobreza, e suas formas de mensuração, evidenciam que os estudos sobre o tema são de longa data. Além disso trazem à tona a necessidade de aprofundamento no que seriam as raízes condicionantes do problema,

para que políticas mais assertivas no combate à pobreza possam ser desenvolvidas (GONÇALVES, 2015, p. 29). Como apontado por Raiher (2016), boa parte desses trabalhos estão direcionados para um enfoque assexuado da pobreza, ou seja, sem considerar as possíveis diferenciações e impactos causados por questões de gênero. Neste capítulo serão abordadas relações entre a pobreza e gênero, o desenvolvimento do conceito de feminização da pobreza e seus desdobramentos.

3.1. Gênero e Pobreza

De acordo com a perspectiva cepalina tanto a pobreza quanto a exclusão, são fenômenos que atingem os sexos diferenciadamente, produzindo efeitos mais agudos entre as mulheres, principalmente devido ao enorme conjunto de atividades pouco ou não remuneradas que são exercidas tanto no mercado quanto no seio familiar pela mão de obra feminina, tornando-as vulneráveis e suscetíveis a dependência majoritária de outrem para o sustento de suas famílias (MELO, 2005, p. 14).

Em linhas gerais, a vulnerabilidade consiste na maior probabilidade à pobreza, seja por características intrínsecas a um grupo, ou como resultado de choques adversos (GONÇALVES, 2015, p. 29). Segundo Raiher (2016), na literatura é possível identificar a ideia de que fatores relacionados ao gênero são propícios a aumentar a vulnerabilidade e a pobreza, bem como na possibilidade de superá-la. Lavinias (1996, p.469) cita a reprodução das desigualdades entre os sexos como intensificador desses problemas, e ainda confere especial atenção àquelas famílias chefiadas por mulheres negras e por mães solteiras, que dentro do grupo de famílias com chefias femininas, teriam a maior vulnerabilidade à pobreza, com base em dois parâmetros:

I. A dimensão racial, independentemente do gênero, confere desvantagens comparativas aos indivíduos, devido a questões atreladas ao racismo. De acordo com a autora, esse fator afeta demasiadamente as mulheres, pois além do âmbito racial, também sofrem desvantagens pela questão de gênero, intensificando as fragilidades do subgrupo mulheres negras e famílias chefiadas pelas mesmas;

II. O segundo parâmetro posto por Lavinias (1996, p. 469) é a sobreposição da maternidade/maternagem que ocorre ao longo da vida de muitas mulheres, impactando seu acesso ao mercado de trabalho em comparação à população masculina, de forma prejudicial e restritiva àquelas que encaram sozinhas os custos das funções de chefia da família e de mãe solteira. Raiher (2016, p. 117) corrobora com esse ponto ao afirmar que apesar de nos últimos

anos ter ocorrido uma mudança na posição social da mulher, a interdependência entre sua vida profissional e familiar foi intensificada, pois a divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico não foi rompida totalmente na estrutura das famílias, fortalecendo assim (de alguma maneira) as desigualdades no mercado de trabalho. Gelinski e Pereira (2005, p. 82) alegam que evidências empíricas revelavam que, até aquele momento, a colocação da mulher no mercado de trabalho não provocava a realocação das atividades domiciliares, ou seja, as atividades voltadas para o cuidado da família não eram transferidas para outros membros.

Para Melo (2005) o desequilíbrio no impacto da pobreza entre homens e mulheres não é algo recente no que concerne ao mercado de trabalho e aos rendimentos auferidos, pois como abordado por Pereira e Monte (2006) um aumento do emprego da mão de obra feminina pode ser observado a partir da década de 1940, cujo perfil predominante dessas mulheres era o baixo nível educacional e baixa profissionalização. Nas décadas seguintes houve a intensificação da força de trabalho feminina, porém isso ocorreu em meio a estagnação e abertura econômica, acréscimo de terceirizações e elevação do desemprego. Como consequência, têm-se maior alocação das mulheres em segmentos menos organizados, onde incidem contratos informais, com menor presença sindical e piores remunerações (MELO, 2005, p. 34 – 42).

Mesmo com a queda da desigualdade de gênero presenciada a partir da década de 1990, os obstáculos com os quais as mulheres se deparam permanecem (MELO, 2005, p. 17), como a maior taxa de desemprego e período de inatividade econômica, salários mais baixos e menores oportunidades de ascensão (COSTA; BATISTA, 2019, p. 5). A exemplo desses fatores, uma pesquisa realizada por Vaz (2013) evidenciou a desigualdade na distribuição hierárquica das organizações públicas brasileiras, ao constatar um decréscimo na representação feminina nos cargos dessas instituições à medida em que se avançam os níveis hierárquicos. Como apontado pela autora, as práticas discriminatórias de gênero, por sua vez, não são suficientes para explicar esse cenário, mas outros eventos como as intersecções entre vida doméstica e profissional da mulher (VAZ, 2013, p. 788).

Costa et al (2005) elencam outros determinantes que contribuem para a relação entre gênero e pobreza, além das desigualdades na participação no mercado de trabalho, como a desvalorização econômica e social das tarefas desempenhadas pela mão de obra feminina e a desigualdade em acesso a recursos produtivos (crédito, por exemplo). Em decorrência desses aspectos, atrelados a dedicação às atividades do lar de forma desigual (RAIHER, 2016, p. 117) as mulheres estariam suscetíveis a salários mais baixos, trabalhos mais precários e menos

formalizados (COSTA et al, 2005, p. 13), estando assim mais expostas ao desemprego, traçando uma relação com a pobreza (MELO, 2005, p. 14).

3.2. O conceito de feminização da pobreza e seus desdobramentos

O termo feminização da pobreza foi popularizado na década de 1970, por meio da socióloga norte-americana Diana Pearce, que utilizou o conceito pela primeira vez, em seu artigo publicado na *Urban and Social Change Review*, para designar o aumento na proporção de mulheres e de famílias chefiadas por elas entre a população pobre dos Estados Unidos, no decorrer 1950 a 1970. Seu pressuposto era de que, ao longo dos anos, a pobreza estava se tornando um problema feminino, uma vez que as mulheres estavam ficando mais pobres em relação aos homens (NOVELLINO, 2004, p.2 – 4). Desde então, vários trabalhos foram sendo desenvolvidos, não só nos Estados Unidos, mas também em diversos outros países, com o objetivo de auferir a manifestação do fenômeno, compreendê-lo e identificar seus principais determinantes (COSTA et al, 2005).

Assim como o conceito de pobreza, há uma discussão sobre a definição do termo de feminização da pobreza e como analisá-la. Lavinias (1996, p. 471) comenta que esse debate pode ser provocado devido à ausência de uma metodologia própria e unificada destinada a interpretar o conteúdo da pobreza feminina. Como indica o nome, o fenômeno seria a junção de dois eventos: a pobreza e a feminização. Tal qual abordado no capítulo anterior deste trabalho, em geral, a pobreza pode ser interpretada como a noção de carência, privação, falta ou a incapacidade humana em relação a algum elemento. Já a feminização, independentemente do sentido que é posta, está relacionada à um processo em que se nota uma tendência de crescimento de determinado fator ou evento no universo feminino. Ou seja, para a feminização está imposta a percepção de necessidade de comparação entre períodos, pois ao se tratar de um processo o termo passa a exigir uma dimensão temporal para avaliação, e também a determinação de qual a composição do universo feminino analisado (COSTA et al; 2005, p.14).

Costa et al (2005, p.14) ressaltam que a combinação das definições de feminização e pobreza com outros elementos, possibilitam uma enorme gama de interpretações. Por essa razão é importante que além do conceito de pobreza e feminização, algumas outras definições sejam determinadas para a análise do processo. Dentre elas podemos citar a definição de domicílio, a

composição familiar e o chefe de família. Tais fatores são constantemente abordados em pesquisas sobre o tema, visto terem grande relação com a unidade de análise.

De acordo com as notas técnicas do censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com relação ao tipo de composição familiar, existem cerca de oito categorias distintas, que variam as combinações entre ter ou não cônjuges, filhos(as) e/ou enteados(as) ou parentes sob a mesma unidade doméstica. Vale ressaltar que mesmo nos casos em que há cônjuge na formação da família, apenas um dos indivíduos é identificado como pessoa chefe pela unidade doméstica, ficando a critério dos moradores da unidade domiciliar reconhecê-lo como tal, portanto, mesmo em famílias onde há a presença de adultos de ambos os sexos, é possível que seja chefiada por mulheres.

Normalmente, os trabalhos sobre a feminização da pobreza são feitos sob a comparação entre as outras composições familiares e a composição familiar monoparental feminina com filhos, ou seja, quando a pessoa chefe pela unidade doméstica é do sexo feminino, sem cônjuge e com pelo menos um filho. Isso porque as discussões iniciais sobre o tema foram direcionadas para a ideia de empobrecimento dessas famílias (COSTA, et al, 2005, p. 16).

Diana Pearce considera em sua pesquisa que o processo de feminização da pobreza possui relação com as mudanças na estrutura familiar norte-americana, em que mais famílias passaram a ter mulheres exercendo a função de provedora do domicílio, ou seja, aumento na composição familiar monoparental feminina (NOVELLINO et al, 2016, p. 2). A percepção implícita é a de que as dissoluções das uniões (com filhos) é inconveniente, na perspectiva de provisão de renda visto que a família passa a contar com menos um adulto provedor (COSTA et al, 2005, p. 16). Entretanto ao focar seu estudo nas famílias monoparentais femininas, ela se propõe a investigar quais são as consequências econômicas de ser mulher (NOVELLINO, 2004, p. 2).

Novellino (2004, p.5) sintetiza em quatro pontos as assertivas que fundamentam a vulnerabilidade e pobreza das famílias chefiadas por mulheres. A concentração da mão de obra feminina em ocupações que exigem menor qualificação e nos setores informais, conferem a essas líderes de domicílio salários mais baixos. Ademais ao ingressarem no mercado de trabalho para garantir o autossustento e o sustento dos filhos menores, além de se depararem com a discriminação salarial, muitas vezes essas mulheres têm de lidar com a questão da dupla jornada de trabalho, isto significa que devido a alta demanda por suas funções reprodutivas, há uma tendência na busca por trabalhos de regime temporário, ou com menores cargas horárias.

Costa et al (2005, p.15) alertam para a distinção analítica que existe entre a feminização da pobreza e a sobre-representação feminina na pobreza. Quando for verificada uma maior pobreza (absoluta ou relativa) entre as mulheres e as famílias por elas chefiadas, em um determinado ponto no tempo, há a caracterização de sobre-representação feminina (COSTA et al, 2005, p.15). Já a feminização da pobreza consiste, fundamentalmente, no crescimento dos níveis de pobreza (absolutos ou relativos) das mulheres ao longo do tempo (TOLEDO, 2020, p. 58), que pode ser definido por formas distintas (COSTA et al, 2005, p. 15):

- a) Aumento da proporção de mulheres entre os pobres, ou de pessoas em famílias com chefia feminina. Os autores alertam que características demográficas podem influenciar nos resultados dessa inferência;
- b) Aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres, ou entre pessoas de famílias com chefia feminina;
- c) Aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens;
- d) Aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens.

4. METODOLOGIA

Neste trabalho se optou por analisar o período de 2012 a 2018 para averiguar se houve o processo de feminização da pobreza no Brasil. Os dados utilizados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas (PNAD Contínua), disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Substituindo a PNAD anual, a PNAD Contínua foi implantada oficialmente em janeiro de 2012 e tem como objetivo acompanhar a movimentação e a evolução da força de trabalho e de outras variáveis importantes, em termos socioeconômicos, para todo Território Nacional. Além das informações domiciliares referentes a força de trabalho, também são disponibilizadas informações sobre o sexo, cor ou raça e idade dos indivíduos, auxiliando assim no entendimento de questões demográficas e sociais brasileiras (IBGE, 2017).

O conceito de pobreza adotado para a interpretação é de perspectiva unidimensional. É compreensível que os resultados obtidos por meio dessa interpretação possam levar a uma subestimação do processo, ao utilizar somente a renda como indicador, porém esse tipo de

orientação permite a realização das análises com maior facilidade, visto que constatar a feminização da pobreza pela perspectiva de renda, não anula a possibilidade da feminização da pobreza considerando outros indicadores. Apesar de atualmente os estudos sobre a pobreza estarem direcionados para a abordagem multidimensional, sua operacionalização é mais complicada e exige um instrumental mais complexo do que o utilizado nesta pesquisa.

Será constatada a feminização da pobreza se ao longo dos anos de 2012 a 2018 for observado aumento absoluto nos indicadores de pobreza entre as mulheres chefes de família ou em comparação às famílias chefiadas por homens. Para essa finalidade, foram aplicados os indicadores pertencentes ao grupo FGT, que consistem em apurar a proporção de pobres (incidência), a intensidade e a severidade da pobreza.

A aplicação da metodologia FGT exige a definição de uma linha de pobreza a ser utilizada. Neste caso, a linha de pobreza aplicada é classificada como linha de pobreza administrativa, utilizada como fator de inclusão ao Programa Bolsa Família (PBF). Na base de dados, a linha de elegibilidade do PBF é reajustada no período, conforme as mudanças estabelecidas pelo Decreto Nº 5.209. A renda *per capita* familiar foi apurada com base no rendimento mensal habitual de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade (apenas para pessoas que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho), ou seja, considerando apenas a renda do trabalho, visto tratar-se da principal fonte de renda dos indivíduos brasileiros e permitir a verificação de efeitos provocadas por crises econômicas sobre o mercado de trabalho nos diferentes estratos sociais. Assim, ficam de fora da análise rendas provenientes de outras fontes como pensões, aposentadorias e auxílios/benefícios.

4.1. Definição de chefia da família – PNAD Continua

Em virtude da base de dados, da interpretação de feminização da pobreza e dos indicadores utilizados, cabe definir a unidade de pesquisa, ou seja, o que é considerado como chefia feminina.

O principal objetivo da PNAD Continua é produzir informações básicas acerca do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Para tal, a pesquisa é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios (IBGE, 2018). Nas pesquisas para composição da PNAD

Continua, apenas são considerados os domicílios particulares permanentes, isto é, locais separados e independentes estruturalmente, destinados a servir de moradia, como casa, apartamento ou cômodo, independentemente do material utilizado na sua confecção, e que esteja sendo habitado por uma ou mais pessoas, cujo convívio é caracterizado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência.

As pessoas que habitam o domicílio particular permanente, formam as unidades domésticas, e são classificadas de acordo com a relação que possuem com o indivíduo chefe pelo domicílio. O responsável, ou o que normalmente identificamos na literatura como chefe, é a pessoa considerada como tal pelos demais moradores da habitação. Assim, os moradores são identificados como cônjuge ou companheiro(a), filho(a), enteado(a), genro ou nora, pai, mãe, padrasto, madrastra, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmã(o), avó ou avô, outros parentes, agregado(a), convivente, pensionista, empregado(a) doméstico(a) e parente do(a) empregado(a) doméstico(a). O conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica é o que forma a família;

As Unidades Domésticas são categorizadas em unipessoal, nuclear, estendida e composta. Assim como o nome indica, a unidade doméstica unipessoal é formada por um único indivíduo. Já as unidades domésticas nuclear e estendida são formadas pela interação entre o chefe pelo domicílio e outros indivíduos que possuem relação de parentesco. A diferença é que a unidade nuclear está limitada a nove composições, enquanto a estendida abrange as demais combinações. Por fim, a unidade domiciliar composta é constituída pela pessoa chefe, com ou sem parente(s), e com pelo menos uma pessoa sem parentesco.

Para a análise da feminização da pobreza alguns estudos, como o de Costa et al (2005, p.21) optam por identificar as famílias por sua composição, e não pelo responsável do domicílio (chefe do domicílio).

Nessa pesquisa, considerou-se a definição de chefe de família, nas unidades domésticas unipessoais e as outras composições que a relação entre os indivíduos está caracterizada por relações de parentesco, para a identificação da feminização da pobreza. Ou seja, será constatada a feminização da pobreza se ao longo dos anos determinados for observado um aumento nos diferenciais de incidência, ou de intensidade da pobreza, entre as famílias cujo chefe for identificado como sexo feminino, independentemente da composição familiar, em comparação às famílias chefiadas por homens.

4.2. Grupo de indicadores FGT

O indicador FGT foi desenvolvido em 1984 por Foster, Greer e Thorbecke. Como visto em capítulos anteriores, esse indicador permite a sua decomposição em subgrupos, isto é, ele permite estimar, por exemplo, o quanto a pobreza em uma região (grupo da amostra) contribui para a pobreza no país (amostra total). Além disso, Foster, Greer e Thorbecke demonstram que a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza podem ser obtidas por meio de uma fórmula genérica, apenas variando um parâmetro de sua construção, e por isso são consideradas como classe ou família FGT (MEDEIROS, 2012, p.165). Os indicadores satisfazem os axiomas da monotonicidade, transferência de renda e sensibilidade de transferências, considerados importantes em medidas de pobreza (BARBOSA, 2017, p.19).

Essas propriedades, no geral, indicam que quando ocorrer alguma modificação na renda das famílias, como uma redução (monotonocidade), transferência de renda entre as famílias pobres (transferência de renda) ou a transferência de renda de uma família pobre para uma mais afortunada (sensibilidade de transferência) o indicador também será alterado (SCHINAIDER et al, 2020, p.6).

A fórmula geral do grupo de indicadores FGT pode ser expressa por:

$$P_{\alpha} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^p \left(\frac{z - x_i}{z} \right)^{\alpha}$$

Em que

α – “(...) é o parâmetro de sensibilidade à pobreza análogo aos parâmetros de aversão à desigualdade das medidas de entropia (...)” (MEDEIROS, 2012, p. 165);

P_{α} – medida de pobreza;

n – tamanho da população analisada;

p – número de pobres, ou seja, aqueles que estão abaixo da linha da pobreza definida;

z – linha da pobreza;

x – renda domiciliar per capita.

Obtemos as classes ou família FGT quando alteramos o valor de α .

Para $\alpha = 0$, obtemos o indicador $P(0)$, chamado de *Poverty Headcount*, ou seja, a incidência da pobreza que demonstra a proporção de pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza definida (CARNEIRO et al, 2016, p. 75).

Quando $\alpha = 1$ conseguimos o segundo índice, o *Poverty Gap* que mede a intensidade da pobreza através do hiato médio, isto é, o desvio médio entre a linha da pobreza e renda dos pobres (COSTA et al, 2005).

E por último, quando temos $\alpha = 2$ obtemos o *Squared Poverty Gap*, medida de severidade da pobreza em que P(2) representa o hiato quadrático médio, assim combinando as informações de desigualdade de renda entre os pobres e a incidência e intensidade da pobreza (COSTA et al, 2005, p.20).

Para $\alpha = 1$ não conseguimos identificar as mudanças na distribuição de renda entre os pobres (ROCHA, et al, 2013, p.429), por isso ao elevar o hiato ao quadrado, adotando $\alpha = 2$, resolvemos o problema, uma vez que se atribui um peso maior aos indivíduos mais pobres, indicando a desigualdade entre os indivíduos que estão abaixo da linha de pobreza (CARNEIRO et al, 2016, p. 75), satisfazendo o princípio de transferências de Pigou-Dalton (MEDEIROS, 2012, p. 166).

4.3. Linha de pobreza e extrema pobreza do PBF

Para que os indicadores FGT possam ser mensurados, é necessária a adoção de uma linha de pobreza. O Brasil, assim como outros países, não possui uma metodologia própria para definir a linha de pobreza. Portanto, para este trabalho optou-se por adotar a linha de pobreza objetiva – administrativa utilizada como referência para elegibilidade ao PBF.

Decretado por meio da Lei nº 10.836/2004, o PBF é um programa transferência de renda, vigente no Brasil, de gestão descentralizada, cujo objetivo é contribuir para o combate à desigualdade social e a fome no país. Desde sua concepção, o programa complementa a renda mensal *per capita* de famílias que se enquadram em situação de pobreza e extrema pobreza. Tal enquadramento ocorre por meio de um limite de renda que é pré-determinado para esses dois patamares. Em 2003, quando foi criado, o PBF adotou as linhas utilizadas no programa Fome Zero. Entretanto, a partir desse momento, como afirmado por Tronco (2016, p. 301) as linhas adotadas pelo PBF não foram vinculadas a qualquer outro indexador (salário mínimo, por exemplo), sendo que as correções nos valores das linhas de elegibilidade e nos valores dos benefícios ficaram sob abítrio do governo federal, de acordo com as disponibilidades orçamentárias. As linhas de pobreza sofreram modificações ao decorrer do tempo, por meio de decretos conforme exposto no quadro abaixo:

Tabela 1 – Modificações nas linhas de pobreza e extrema pobreza do PBF

<i>Ano</i>	<i>Set/2004</i>	<i>Abr/2006</i>	<i>Abr/2009</i>	<i>Jul/2009</i>	<i>Abr/2014</i>	<i>Jun/2016</i>	<i>Mai/2018</i>
<i>Decreto</i>	Nº 5.209	Nº 5.749	Nº 6.824	Nº 6.917	Nº 8.232	Nº 8.794	Nº 9.396
<i>Pobreza</i>	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 137,00	R\$ 140,00	R\$ 154,00	R\$ 85,00	R\$ 89,00
<i>Extrema</i>	R\$ 50,00	R\$ 60,00	R\$ 69,00	R\$ 70,00	R\$ 77,00	R\$ 170,00	R\$ 178,00

Fonte: Elaboração própria, de acordo com as informações dispostas no Decreto Nº 5.209.

Soares (2009, p.33) em uma nota de rodapé esclarece que quando o programa estava sendo estruturado, um cálculo calórico direto foi realizado para estipular a linha de pobreza. O valor obtido, inicialmente, era de R\$ 90,00 que foi arredondado para R\$ 100,00 e posteriormente ajustado para R\$ 200,00, de acordo com a inflação. Tronco (2016, p. 302) ressalta que em 10 anos de programa, não houve um padrão na periodicidade e no valor dos ajustes realizados. Entretanto, Osorio et al (2011, p. 15) apontam alguns motivos que levam a adoção de linhas de pobreza político-administrativas como a utilizada pelo PBF. Um dos argumentos é o de que se um dos objetivos posto para utilizar uma linha de pobreza for monitorar a pobreza, e além disso servir como uma meta de erradicar o problema no país, utilizar uma abordagem que confira mudanças regulares no valor aplicado tornaria a erradicação da pobreza uma meta praticamente inalcançável, visto que a tendência é que os valores aumentem quando corrigidos. Assim, para ter aplicabilidade, em termos de políticas públicas para a erradicação da miséria, o ideal é que a linha de pobreza tenha um valor absoluto fixo e seja aplicado por um período razoavelmente extenso – os autores chegam a citar 4 anos, o que seria o período de vigência de um governo presidencial no Brasil (OSORIO, et al, 2011, p. 15).

Ademais os autores citam que apesar de em sua totalidade as linhas de pobreza político-administrativo não terem um embasamento científico, elas são discutidas levando em consideração não só a concepção conceitual da pobreza, mas também as restrições fiscais e orçamentárias do governo, sendo um mínimo possível para a aplicação de políticas públicas (OSORIO, et al, 2011, p. 18).

5. INDICADORES FGT E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

A feminização da pobreza será constatada se no período analisado for verificada uma piora para os indicadores das famílias chefiadas por mulheres, seja de forma absoluta ou em

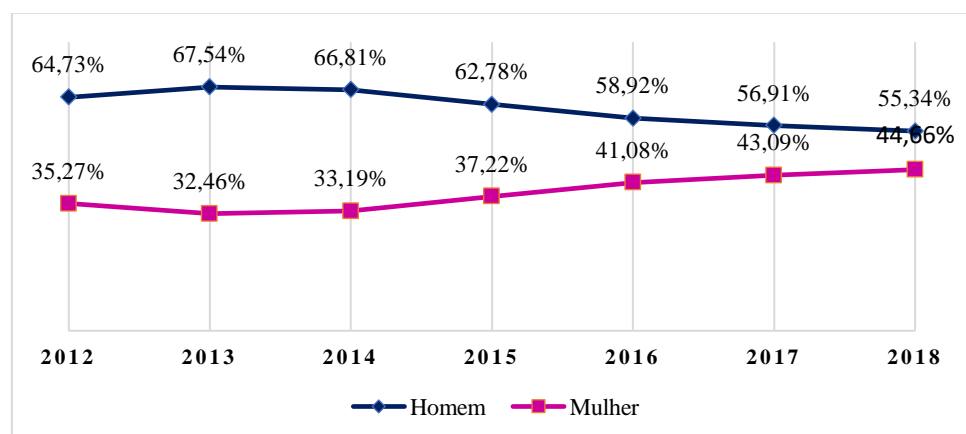
comparação com às famílias chefiadas por homens, caracterizando uma mudança no perfil da pobreza. Para isso, todas as mensurações foram realizadas para a pessoa chefe de família, considerando somente a primeira entrevista e aplicando o peso trimestral com correção de não entrevista com pós estratificação pela projeção de população. Esse último se fez necessário devido a característica amostral da PNAD Contínua, para que as inferências obtidas nessa pesquisa pudessem ser consideradas para toda a população projetada do IBGE.

5.1. Pobreza e sexo do chefe de família

Cavenaghi et al (2018, p.39) ressaltam que principalmente a partir do Século XX, o Brasil passou por diversas transformações sociais, demográficas e familiares, no que diz respeito a relações de direitos e poderes instituídas pelo patriarcado, parcerias informais e o controle da fecundidade. Tais modificações ocasionaram o aumento da diversificação dos arranjos familiares. Para Melo (2005, p. 18) essas mudanças vão desde a redução no tamanho das famílias, até o aumento na proporção de famílias cujo chefe identificado é do sexo feminino.

Com base nos dados do IBGE, é possível observar que entre os anos de 2012 e 2018 ocorreu um aumento percentual de 27% das pessoas do sexo feminino entre os indivíduos identificados como chefe de família. Isto é, em 2012 cerca de 35,27% dos responsáveis pelo domicílio eram mulheres, em 2018 essa representação passou a ser de 44,66%.

Gráfico 1 - Percentual de chefe de família por sexo



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Para Cavenaghi et al (2018, p.54) o processo conforme observado no Gráfico 1, corresponde a uma convergência nas chefias das famílias, que pode estar sendo provocado por até três razões: decréscimo na intimidação dos pesquisados em responder que identificam

alguém do sexo feminino como chefe de família, aumento nos divórcios, e a falta de opção que algumas mulheres enfrentam para ter com quem dividir as responsabilidades familiares.

As pesquisas que estudam a feminização da pobreza dão destaque a chefia familiar feminina, uma vez que essas famílias são consideradas mais vulneráveis, por motivos de conciliação na dupla jornada, desvantagens no mercado de trabalho e, em muitos casos, a ausência de outro provedor para com quem dividir as despesas familiares, promovendo associações entre o aumento na proporção de mulheres responsáveis e a feminização da pobreza (MELO, 2005, p.24 e RAIHER, 2016, p. 117).

Calculando o P(0), independentemente do sexo do chefe de família, observamos que a proporção de responsáveis pelo domicílio com renda familiar per capita abaixo da linha da pobreza, se manteve relativamente estável, ou seja sem quedas ou acréscimos expressivos. Entretanto, podemos notar que até 2015 o *headcount* apresentava uma tendência de queda, que foi revertida nos três anos posteriores.

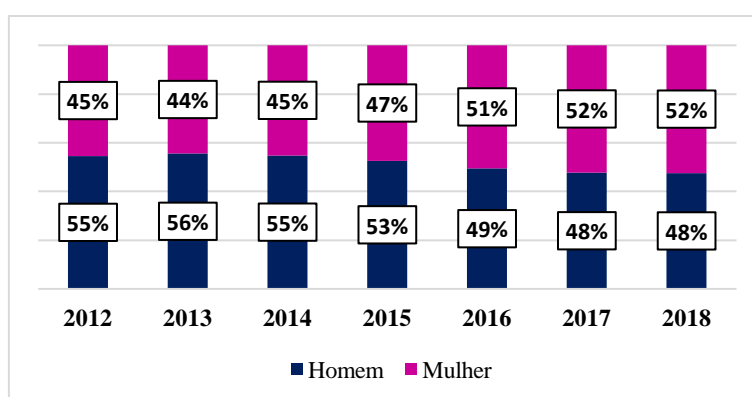
Tabela 2 – Incidência da pobreza (2012 – 2018)

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
P(0)	27,65%	27,35%	26,63%	25,62%	26,37%	27,57%	27,72%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Analisando sob a perspectiva do gênero do chefe de família, podemos acompanhar a distribuição entre os mais pobres, isto é, a representação percentual por sexo do chefe de família dentre aqueles que possuem renda per capita abaixo da linha de elegibilidade para adesão ao PBF. Por meio do Gráfico 2 verificamos que ao longo dos anos ocorreu um aumento na proporção de mulheres chefes de família entre os mais pobres.

Gráfico 2 - Proporção de chefe de família por sexo entre os mais pobres



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Entretanto, para a finalidade a qual essa pesquisa se propôs e devido a possíveis influências que podem ser provocadas por características demográficas, vamos utilizar as análises dentro do grupo de chefes homens e mulheres para comparação.

5.2. Incidência, intensidade e severidade da pobreza por sexo do chefe de família

A exemplo da pesquisa realizada por Costa et al (2005), ao analisar o comportamento temporal dos indicadores de incidência (P0), intensidade (P1) e severidade (P2) da pobreza para famílias chefiadas por mulheres e homens, a hipótese de feminização da pobreza no Brasil entre 2012 e 2018 será confirmada caso seja verificada uma piora nos indicadores para os responsáveis do sexo feminino (absoluto) em comparação com os responsáveis do sexo masculino (relativo).

Entre 2012 e 2018 verificamos que os indicadores são mais elevados para as mulheres, em relação aos homens.

Há uma maior incidência de pobreza entre as mulheres identificadas como responsáveis pelo domicílio, quando comparado aos homens. A média de incidência é de 34,33% para as mulheres chefes de família, e para os homens a média é de 22,60%. Todavia, como é possível visualizar no Gráfico 3, não há um padrão na incidência entre os sexos, pois ao longo dos anos enquanto para a chefia feminina ocorreu uma queda na incidência de pobreza, para a chefia masculina observamos movimento contrário, porém não tão expressivo ao ponto de superar o *headcount* feminino.

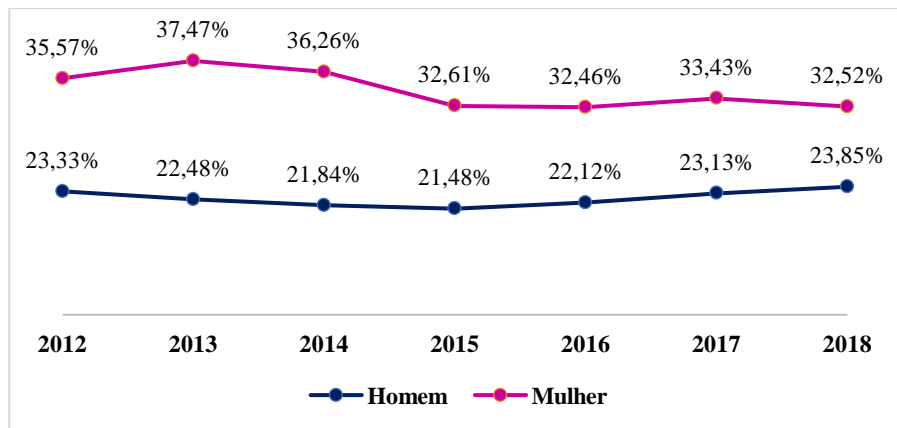
No acumulado, as variações percentuais para o *headcount* indicam que a incidência de pobreza para os chefes do sexo masculino apresentou uma piora de 2,52%. Já para as mulheres chefes de família, constatamos uma melhora de 8,15%. Ou seja, no acumulado a incidência de pobreza aumentou entre os homens responsáveis, e diminuiu entre as mulheres.

O mesmo comportamento é identificado para os outros dois indicadores, com o viés de que não foi constatada melhora para nenhum dos sexos. Isso significa que ao longo dos anos as mulheres mantiveram indicadores mais altos em relação aos homens, porém para os responsáveis do gênero masculino se apurou uma piora maior, em relação ao feminino.

As mulheres responsáveis que estão abaixo da linha da pobreza possuem um grau de inferioridade da renda média *per capita* (P1) consideravelmente maior, e também maior desigualdade (P2). No período analisado, apesar das variações, P1 e P2 terem se mantido acima dos 30% e 29%, respectivamente. Já para os homens, o P1 variou entre 20% e 24%, e o P2

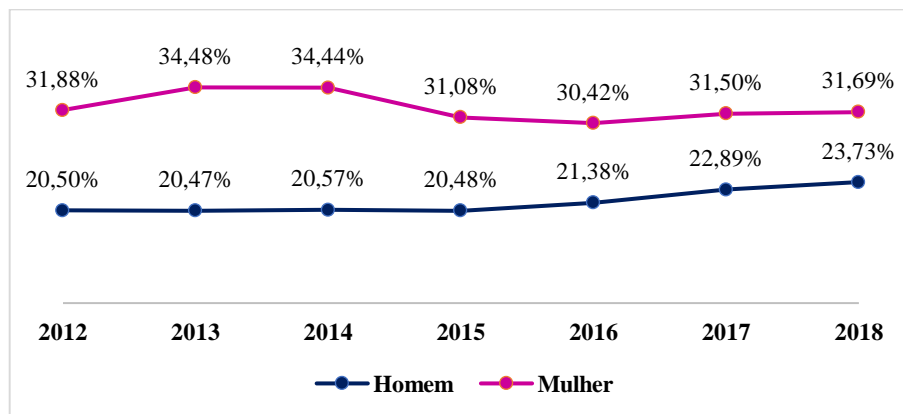
entre os 18% e 23%. Com exceção de 2013, nos anos em que notamos melhora no indicador, essa foi mais intensa para as mulheres. Da mesma forma, para os períodos de piora, essa foi mais intensa entre os homens. Entretanto, assim como para P0, tais variações não foram tão drásticas a ponto de que o grau de inferioridade da renda média per capita masculina ultrapassasse a feminina, conforme disposto nos Gráficos 4 e 5.

Gráfico 3 – Incidência da pobreza por sexo do chefe de família

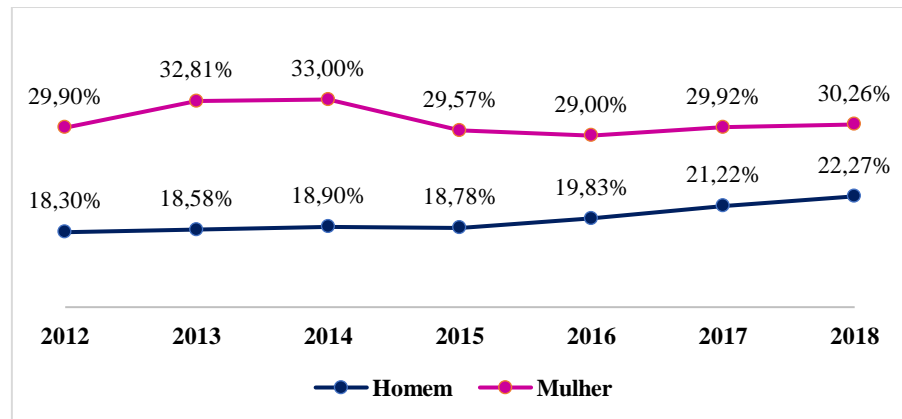


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Gráfico 4 – Intensidade da pobreza por sexo do chefe de família



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Gráfico 5 – Severidade da pobreza por sexo do chefe de família

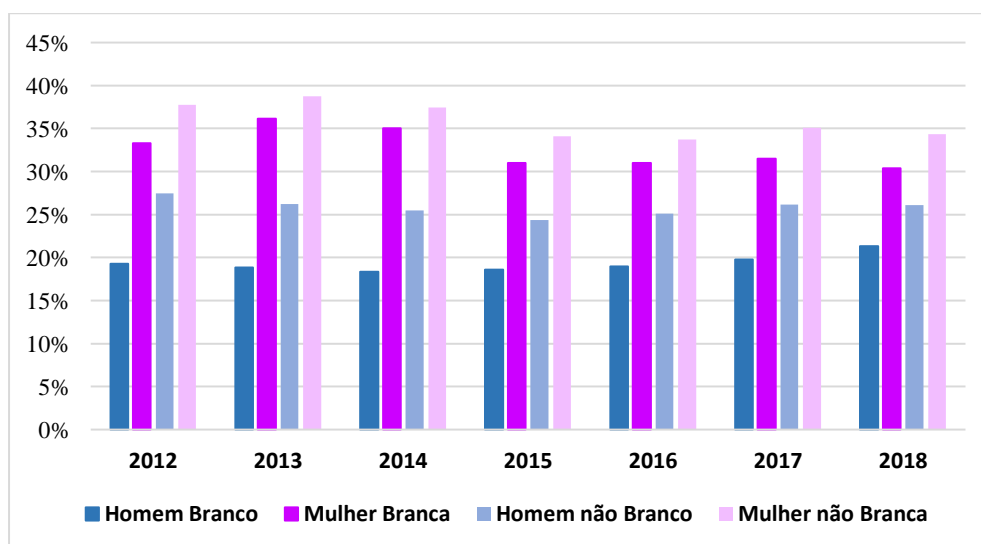
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Portanto, ao avaliar somente o sexo do chefe de família, podemos constatar que não houve a feminização da pobreza em termos absolutos ou relativos no período proposto. Para melhor compreensão dos chefes de família que estão abaixo da linha da pobreza, outras características foram exploradas, em conjunto com o sexo. São elas a cor ou raça, nível de instrução, idade do chefe de família, as condições de trabalho do chefe de família e a composição familiar com base na presença ou não de cônjuges e/ou filhos.

5.2.1. Sexo e cor ou raça do chefe de família

Os chefes de família, além do sexo, foram agrupados em Brancos e Não Brancos. Fazem parte do grupo Branco indivíduos identificados na variável Cor ou Raça como Branca e Amarela, enquanto o grupo de Não Brancos é composto por Preta, Parda e Indígena. Esse agrupamento foi realizado, principalmente, devido a resultados de pesquisas anteriores em que a população de Cor ou Raça Preta, Parda e Indígena estavam sobrerrepresentadas entre os mais pobres – devido condições observáveis historicamente, como a desigualdade racial e preconceitos que essa população enfrenta frequentemente. Dentre esses trabalhos podemos citar Raiher (2016), Melo (2005) e Novellino (2008).

Quando calculamos o *headcount* para comparar a incidência da pobreza entre Mulher Branca, Mulher não Branca, Homem Branco e Homem não Branco percebemos que a incidência de pobreza é maior entre os indivíduos do grupo Não Brancos, principalmente no que diz respeito as mulheres chefes não brancas, cujo *headcount* é maior para esse grupo em todos os períodos observados.

Gráfico 6 – Incidência da pobreza por sexo e cor ou raça do chefe de família

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Ao analisar os outros indicadores, notamos que ao longo dos anos tanto para o grau de inferioridade da renda média *per capita*, quanto para a desigualdade entre os mais pobres, as mulheres conservaram indicadores mais altos em relação aos homens, principalmente para o grupo de mulheres não brancas.

Tabela 3 – Intensidade e severidade da pobreza por sexo e cor ou raça

P1 - Intensidade da Pobreza					P2 - Severidade da Pobreza				
Branco		Não Branco			Branco		Não Branco		
Ano	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Ano	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2012	9,17%	15,90%	12,44%	17,26%	2012	8,49%	15,28%	10,69%	15,72%
2013	9,06%	17,23%	12,56%	18,10%	2013	8,49%	16,77%	11,01%	16,81%
2014	8,72%	17,36%	11,88%	17,63%	2014	7,96%	16,39%	10,19%	15,98%
2015	9,24%	15,89%	11,91%	16,62%	2015	8,78%	15,45%	10,54%	15,47%
2016	9,21%	14,79%	11,98%	15,87%	2016	8,45%	13,84%	10,33%	14,24%
2017	10,17%	15,42%	13,53%	17,36%	2017	9,68%	14,97%	12,22%	16,20%
2018	10,68%	15,02%	13,45%	17,41%	2018	10,04%	14,33%	12,08%	15,98%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

O que é possível concluir com essas estatísticas é que mesmo dentre as famílias lideradas por indivíduos não brancos, as famílias chefiadas por mulheres possuem maior incidência de pobreza, quando comparada as famílias chefiadas por homens. Assim como apontado por Lavinas (1996, p.469), quando a autora afirma que a dimensão racial afeta a incidência da

pobreza, principalmente nas mulheres que já enfrentam desvantagens de gênero, quando associado a questão racial afeta demasiadamente mais às mulheres. Tais resultados corroboram com as inferências obtidas na pesquisa elaborada por Raiher et al (2020, p.63), em que os autores alegam que além de ter sexo, a pobreza no Brasil também possui cor ou raça, ao ser intensificada no grupo de mulheres chefes não brancas.

Todavia, quando verificamos na variação percentual entre os grupos, no decorrer dos anos, a incidência de pobreza aumentou entre os homens brancos. Mesmo quando analisamos o percentual acumulado, o indicador piorou para o grupo de homens brancos em comparação aos outros, que tiveram uma melhora no acumulado. O mesmo se aplica para P1 e P2 em que para os responsáveis do grupo homem branco foi verificada uma piora maior, em relação aos demais grupos. Desta forma, não ocorreu a feminização da pobreza por nenhuma das óticas propostas – absoluta e relativa, considerando que apesar de terem demonstrado aumento absoluto na intensidade e severidade da pobreza para as chefes mulheres não brancas, o aumento não foi expressivo (menor que 1 p.p.).

5.2.2. Sexo e Nível de Instrução do Chefe de família

A PNAD Contínua apresenta sete classificações para o nível de instrução mais elevado alcançado por pessoas de 5 anos ou mais de idade, cuja menor faixa é de sem instrução ou menos de 1 ano de estudo, e a maior é de superior completo. Para melhor visualização dos dados, se optou por agrupar os níveis de fundamental completo com médio incompleto, e médio completo com superior incompleto, os demais se mantiveram conforme consta na base de dados.

Analisando o nível de instrução dos chefes de família cuja renda per capita está abaixo da linha da pobreza, percebemos que há uma grande representatividade daqueles com baixos níveis de instrução. Independente do sexo do chefe de família, entre os mais pobres há uma maior proporção de chefes cujo maior nível de instrução é o fundamental incompleto.

Tabela 4 – Proporção do nível de instrução no *headcount* por sexo do chefe de família

Ano	Sem Instrução		Fund. Incompleto		Médio Incompleto		Sup. Incompleto		Sup. Completo	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2012	21,36%	20,79%	56,47%	50,82%	8,47%	10,06%	9,66%	12,97%	4,03%	5,37%
2015	19,57%	17,50%	53,75%	49,37%	8,94%	10,35%	12,08%	15,43%	5,65%	7,35%
2018	17,34%	14,09%	53,35%	48,99%	9,23%	11,02%	13,66%	17,15%	6,42%	8,76%

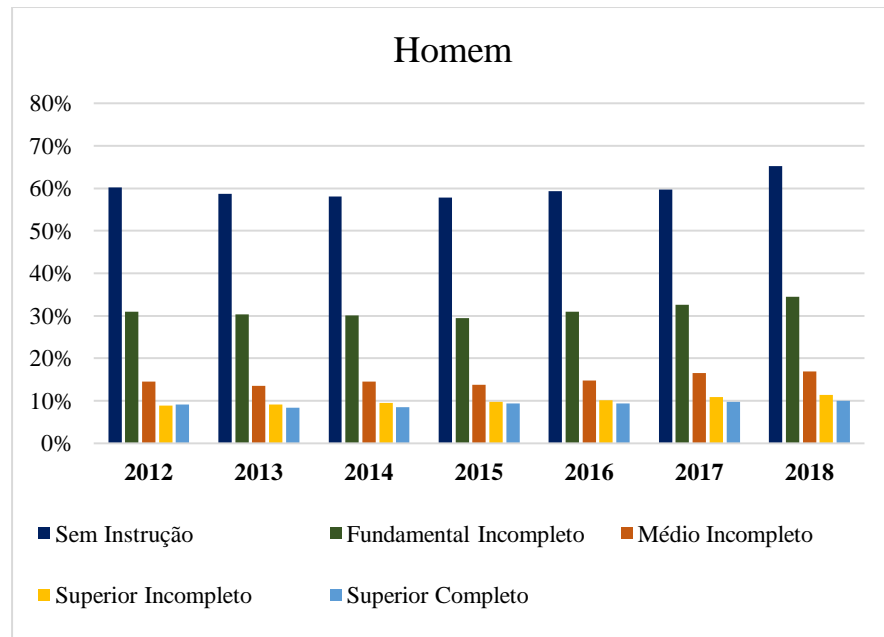
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Mensurando o *headcount* (P0) para o nível de instrução dos líderes de família, é possível constatar que para ambos os sexos, a maior incidência da pobreza está entre aqueles sem instrução, que se mantém entre 59% a 68% ao longo dos anos. Para esse grupo de instrução também são observados os maiores hiatos e desigualdade de renda per capita. Melo (2005, p.32) atribui essas constatações ao fato de que os indivíduos chefes de família possuem responsabilidades familiar que pesam, e dificultam o aumento do nível de instrução dos responsáveis, resultando em deficiências para a família como um todo. Além disso, a autora alega que o analfabetismo é um problema dos mais pobres, visto que a categoria sem instrução é a de maior incidência entre os pobres.

Em nenhum dos níveis de instrução a incidência, o hiato e a desigualdade da pobreza masculina superam a feminina. Dentre as mulheres, aquelas com ensino médio incompleto foram as que tiveram maior piora durante o período analisado – acumulando um percentual de 6,63%. Todavia, apesar de elevada incidência para as mulheres chefes de família com superior completo, ocorreu uma queda nesta taxa, indicando melhora na incidência de pobreza entre essas mulheres. O mesmo se aplica para a desigualdade avaliada com P2 e o hiato em P1 para mulheres com superior completo, visto a desigualdade de renda entre esse grupo de mulheres mais pobres ser menor em 2018 (6,93%) em comparação a 2012 (7,14%), o acumulado das variações percentuais indica que para o período analisado o saldo é de uma melhora em 0,54%. Contudo, apesar do hiato ter diminuído entre 2012 e 2018 (0,89%), o acumulado do período de estudo indica um saldo pior de 1,08%.

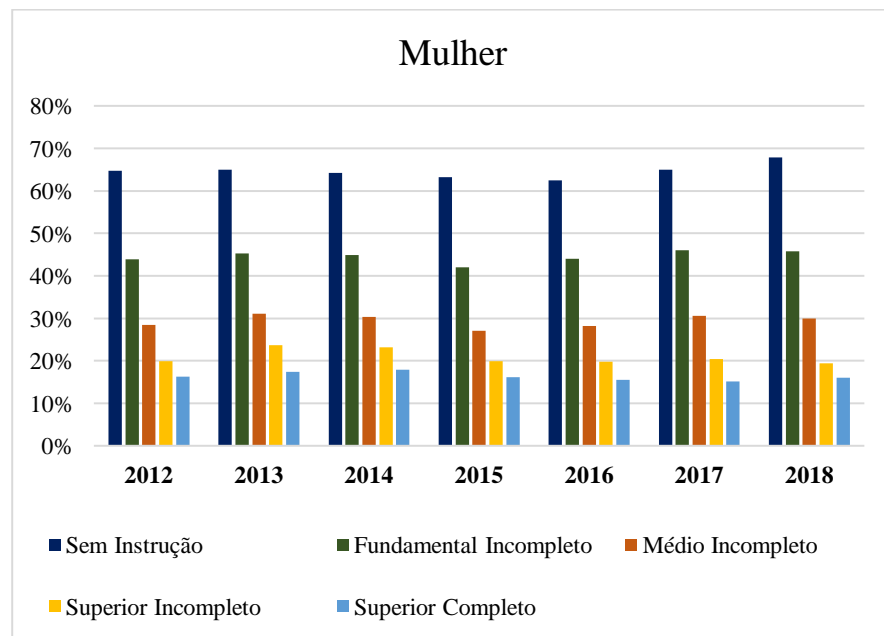
Assim como observado nos tópicos anteriores, no geral, o indicador piorou para os homens, independentemente do nível de instrução, mas se destacando entre os homens com superior incompleto, cuja incidência passou de 8,91% em 2012, para 11,42% em 2018.

Gráfico 7 – Headcount por nível de instrução do homem chefe de família



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Gráfico 8 – Headcount por nível de instrução da mulher chefe de família



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Tabela 5 – Incidência e severidade da pobreza por nível de instrução e sexo do chefe de família

P1	Sem Instrução		Fundamental Incompleto		Médio Incompleto		Superior Incompleto		Superior Completo	
	Ano	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
2012	25,27%	29,88%	12,90%	19,55%	5,85%	12,14%	3,75%	9,11%	4,22%	7,25%
2013	25,49%	30,34%	12,89%	20,85%	6,29%	13,68%	4,30%	10,10%	3,79%	8,08%
2014	24,25%	30,02%	12,55%	20,63%	6,29%	14,24%	4,21%	10,69%	4,04%	8,35%
2015	24,46%	29,80%	12,97%	19,88%	6,42%	13,03%	4,62%	9,98%	4,37%	7,38%
2016	25,02%	28,60%	13,24%	19,76%	6,40%	12,29%	4,50%	8,71%	4,18%	6,73%
2017	27,60%	31,79%	14,70%	21,72%	7,54%	14,04%	5,49%	9,39%	4,89%	7,14%
2018	29,62%	32,30%	15,42%	21,98%	8,11%	14,31%	5,33%	9,52%	5,06%	7,19%
P2	Sem Instrução		Fundamental Incompleto		Médio Incompleto		Superior Incompleto		Superior Completo	
	Ano	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
2012	22,64%	28,05%	11,22%	18,02%	5,10%	11,14%	3,48%	8,63%	4,16%	7,14%
2013	23,13%	28,69%	11,36%	19,64%	5,68%	12,78%	4,08%	9,73%	3,77%	8,02%
2014	21,29%	27,75%	10,85%	18,89%	5,55%	13,05%	3,90%	9,96%	3,88%	8,00%
2015	22,18%	28,33%	11,65%	18,67%	5,86%	12,21%	4,37%	9,57%	4,34%	7,33%
2016	22,13%	26,21%	11,53%	17,90%	5,58%	11,08%	4,12%	7,98%	3,99%	6,44%
2017	25,54%	30,28%	13,36%	20,50%	6,87%	12,96%	5,20%	8,90%	4,85%	7,07%
2018	27,16%	30,35%	13,97%	20,34%	7,31%	13,18%	4,94%	8,87%	4,91%	6,93%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

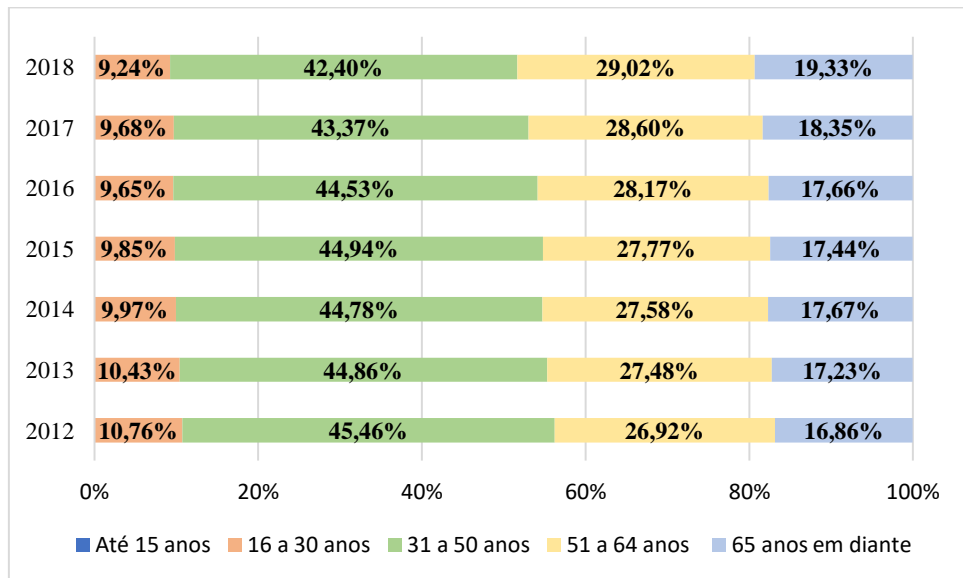
Em termos absolutos, comparando os anos de 2012 e 2018, podemos dizer que ocorreu o processo de feminização da pobreza para as chefes de família com níveis de instrução incompleto, isto é menor ou igual ao médio incompleto. Porém, o mesmo não se aplica para análise relativa aos homens.

Podemos replicar a mesma observação feita por Melo (2005, p.33) nesses resultados, uma vez que para todos os indicadores, é possível notar que mesmo entre as faixas de instrução mais altas, as mulheres possuem uma situação pior, em relação ao auferido para os homens, ou seja, para os níveis de superior completo e incompleto a pobreza tem mais incidência entre as mulheres, elas também apresentam maior grau de inferioridade da renda média *per capita* e maior desigualdade. Conforme análises realizadas pelo IBGE e sintetizadas no SIS 2018, mesmo possuindo maior grau de escolaridade, essa não é suficiente para equalizar as mulheres em relação aos homens, no que diz respeito a força de trabalho e rendimentos (SIS, 2018, s/p).

5.2.3. Sexo e Idade do Chefe de família

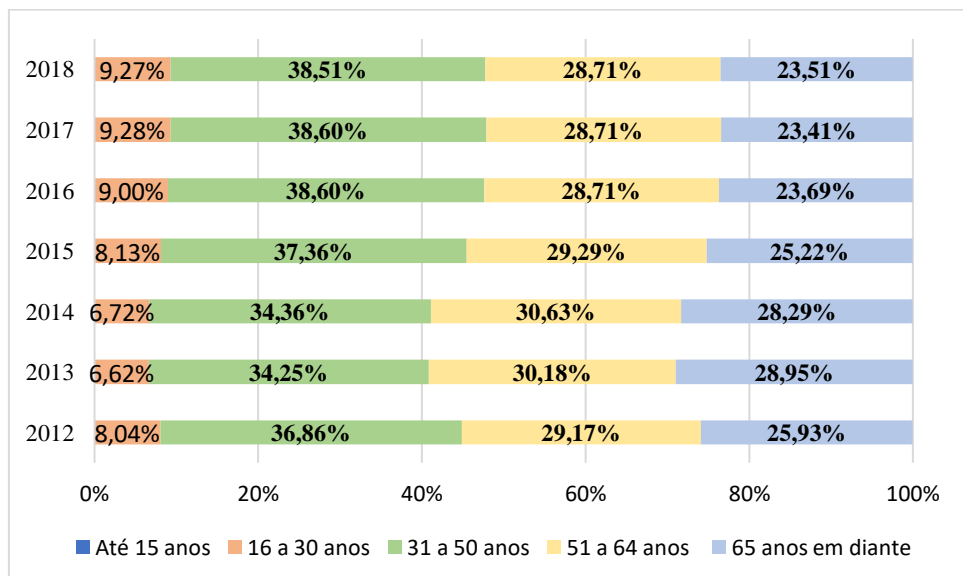
Na Pnad Contínua, a idade dos indivíduos pode variar de 0 a 130 anos, assim, para a melhor visualização das estatísticas, as idades foram agrupadas em 05 faixas: até 15 anos, de 16 a 30 anos, de 31 a 50 anos, de 51 a 64 anos e de 65 anos em diante. Com os dados da PNADC podemos constatar que os chefes de família têm idade entre 31 a 50 anos, predominantemente, sendo essa a faixa de idade com maior percentual, independente da situação do domicílio. Tal comportamento é característico para ambos os sexos.

Gráfico 9 – Distribuição de idade entre os homens chefes de família



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

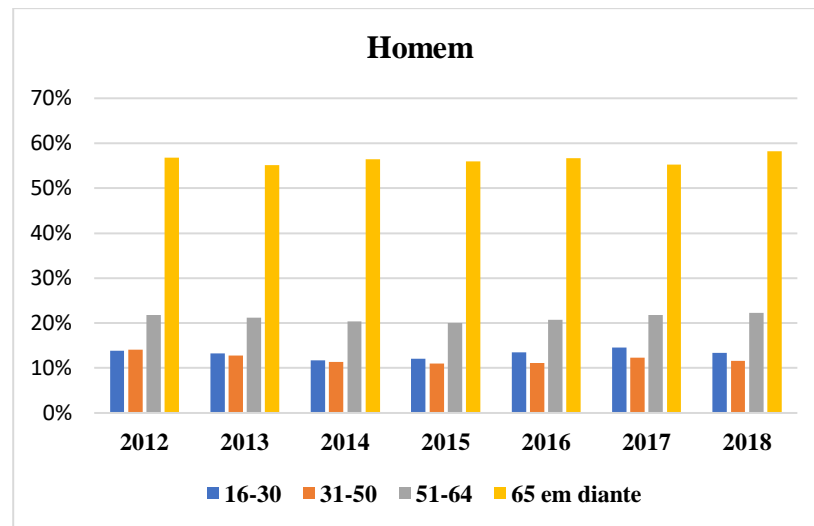
Gráfico 10 – Distribuição de idade entre as mulheres chefes de família



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

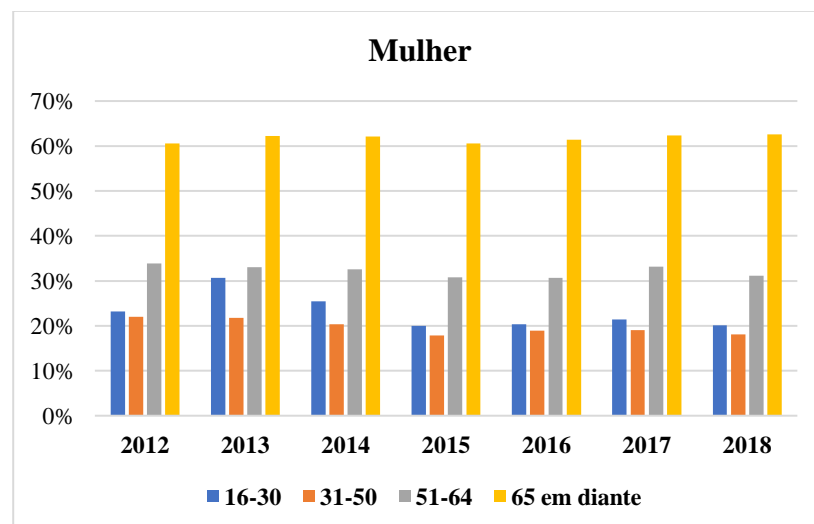
De acordo com o *headcount* calculado, considerando somente a idade do chefe domiciliar, não foram localizadas observações para a categoria até 15 anos, e a faixa de idade mais avançada – 65 anos em diante – apresenta maior proporção de pobres, para ambos os sexos.

Gráfico 11 – Incidência da pobreza por idade do chefe masculino



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Gráfico 12 – Incidência da pobreza por idade do chefe feminino



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Para os demais indicadores FGT (P1 e P2) não constatamos modificações no padrão observado, ou seja, ambos indicadores apontam maior intensidade e severidade da pobreza para os chefes da chamada terceira idade (acima dos 65 anos).

Tabela 6 – Incidência e severidade da pobreza por faixa etária e sexo do chefe de família

P1	16 a 30 anos		31 a 50 anos		51 a 64 anos		65 anos em diante	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2012	6,55%	11,03%	6,44%	9,82%	10,69%	16,52%	27,43%	29,31%
2013	6,64%	15,22%	6,28%	10,08%	10,87%	16,59%	27,53%	29,80%
2014	5,95%	13,75%	5,52%	9,69%	9,91%	15,85%	27,00%	29,81%
2015	6,10%	11,32%	5,68%	8,99%	10,23%	15,67%	26,67%	29,23%
2016	6,66%	9,95%	5,47%	8,68%	10,09%	15,01%	27,42%	29,22%
2017	7,90%	11,13%	6,90%	9,48%	11,12%	16,47%	28,13%	31,52%
2018	7,16%	11,50%	6,44%	9,10%	11,12%	16,13%	28,65%	30,72%
P2	16 a 30 anos		31 a 50 anos		51 a 64 anos		65 anos em diante	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2012	5,16%	9,73%	5,07%	8,45%	9,53%	15,48%	26,34%	28,44%
2013	5,41%	13,89%	5,08%	8,98%	9,86%	15,73%	26,51%	29,08%
2014	4,77%	12,25%	4,29%	8,39%	8,75%	14,59%	25,35%	28,28%
2015	4,96%	10,32%	4,65%	7,95%	9,36%	14,90%	25,80%	28,56%
2016	5,43%	8,63%	4,31%	7,42%	8,92%	13,77%	25,69%	27,56%
2017	6,75%	10,01%	5,82%	8,45%	10,28%	15,70%	27,33%	30,85%
2018	6,05%	10,32%	5,44%	7,97%	10,38%	15,06%	27,36%	29,53%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

A princípio, tais resultados podem parecer contraintuitivos, visto que outras pesquisas com a mesma finalidade apontam que entre as famílias pobres, há menor representatividade e intensidade dos chefes de família em idades mais avançadas (RAIHER et al, 2020, p. 67). Todavia, considerando a metodologia utilizada para apurar a renda familiar *per capita* nessa pesquisa, o resultado é compreensível.

Ao analisar a renda ao longo do ciclo da vida, Barros et al (1999, p. 6) explicam que há uma tendência de aumento da renda domiciliar até aproximadamente os 60 anos, sendo esse efeito a confirmação da hipótese de que a experiência do indivíduo no mercado de trabalho aumenta conforme ele envelhece, o levando a auferir maiores rendimentos com o passar dos anos (FIRPO et al, 2003, p. 245). Entretanto, os autores identificam que a partir dos 60 anos há uma estagnação da renda, podendo vir até mesmo a declinar. Isso ocorre porque a partir dos 50 anos os rendimentos do trabalho tendem a ser menos representativos na renda total dos indivíduos, perdendo espaço para outras formas de renda, principalmente a aposentadoria. Utilizando dados da PNAD (1997) Barros et al (1999, p.8) demonstram que para o grupo etário de 25 a 59 anos, rendimentos com trabalho representam cerca de 85% da renda domiciliar dessas pessoas, enquanto para aqueles acima dos 60 anos, é pouco menos de 40%. Ainda no

mesmo grupo, ao analisar a origem de outras rendas, para os idosos (acima de 60 anos), ganhos provenientes de aposentadoria chegam a representar quase 50% do total.

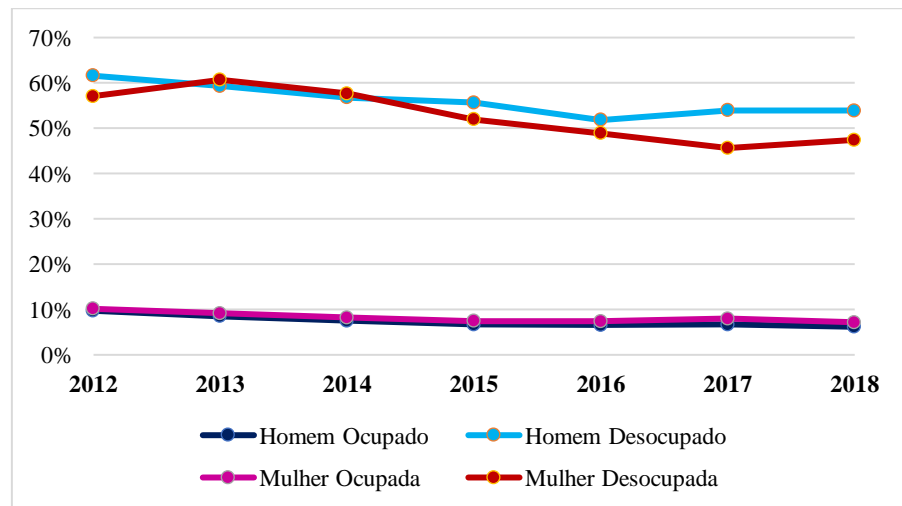
Assim, é compreensível que ao apurar o rendimento familiar *per capita* considerando apenas a renda do trabalho, chegemos a esses resultados. Além da percepção da renda dos idosos, ainda é possível identificar que assim como nas outras variáveis já analisadas nessa pesquisa, os indicadores são piores para as famílias chefiadas por mulheres no geral, independente da faixa etária em que essas se encontram, apesar de ser constatada piora nos indicadores masculinos, essa não foi expressiva ao ponto de superarem as femininas. Verificando a hipótese de feminização da pobreza para a variável idade, em termos absolutos os indicadores pioraram acima de 1 p.p. para as chefes de família acima dos 65 anos, assim validando a hipótese. Porém, por análise relativa, a hipótese de feminização da pobreza não é confirmada.

5.2.4. Sexo e Ocupação do Chefe de família

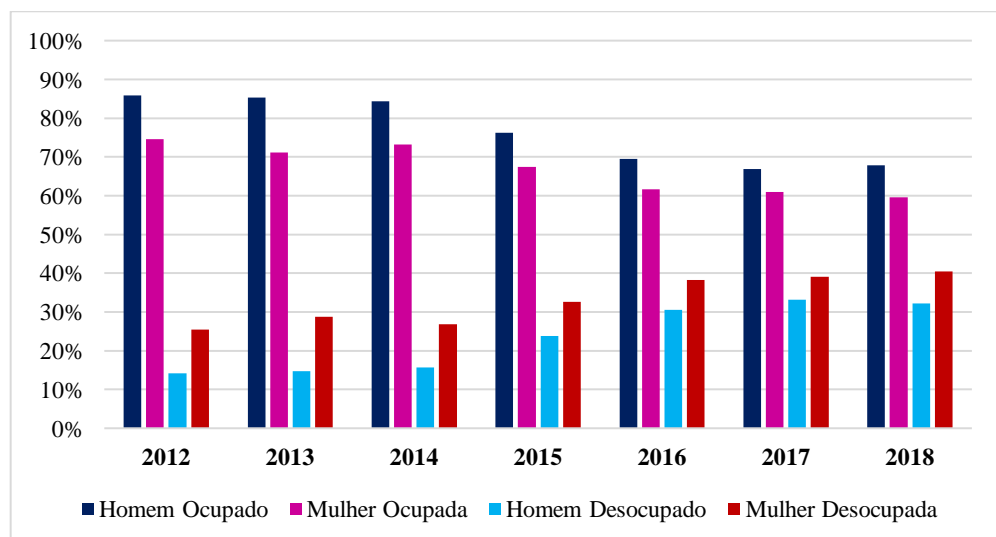
Antes de conclusões mais específicas sobre as condições de trabalho dos responsáveis pelo domicílio que estão abaixo da linha de pobreza, começamos observando a taxa de ocupação entre essas pessoas.

Independente da situação do domicílio, isto é, se este se encontra ou não abaixo da linha da pobreza, a taxa de desocupação se mantém superior para mulheres chefes de família, em relação aos homens. De acordo com o IBGE o nível de ocupação, para ambos os sexos, permanecia estável entre os anos de 2012 e 2014, todavia a conjuntura econômica desfavorável provocou instabilidades nas taxas de ocupação, cujo ponto mais baixo foi contabilizado em 2017. Nesse ano o nível de desocupação para as mulheres chefes foi de 10,07%. Para o Instituto, tal desigualdade é reflexo das dificuldades enfrentadas pela força de trabalho feminina, tanto para ingressarem no mercado de trabalho quanto para permanecerem ocupadas, devido a fatores estruturais que são agravados em períodos de crise (IBGE – SIS, 2018, s/p).

É compreensível que ao realizar o *headcount* para a situação de ocupação, a incidência de pobreza seja mais expressiva entre os responsáveis desocupados. Para os responsáveis do sexo masculino essa taxa oscilou entre 53% e 62%, enquanto para as mulheres os percentuais foram entre 47% e 57%, todos superiores para aqueles que estão na situação de ocupados – para homens e mulheres ocupados a incidência não ultrapassou 11%. Entretanto quando analisamos o perfil dos chefes de domicílio abaixo da linha da pobreza, tanto para homens quanto mulheres, a maior proporção está entre os homens e mulheres ocupados.

Gráfico 13 – Incidência da pobreza por situação de ocupação do chefe de família

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Gráfico 14 – Perfil dos chefes de domicílio abaixo da linha da pobreza por situação de ocupação

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Para os indivíduos ocupados, foi levantada a posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Exploramos essa categoria, pois entre as famílias alocadas abaixo da linha pobreza, cerca de 97% dos responsáveis possuem somente 1 trabalho.

Tabela 7 – Distribuição da Ocupação por Sexo do Chefe de família

Ocupação	2012		2018	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Privado c/	37,76%	25,19%	34,01%	26,24%
Privado s/	10,28%	7,46%	10,37%	6,92%
Doméstico c/	0,46%	5,34%	0,48%	4,59%
Doméstico s/	0,36%	13,12%	0,52%	12,65%
Público c/	1,36%	2,63%	1,32%	1,90%
Público s/	1,41%	3,15%	1,75%	3,48%
Militar e Est	7,47%	14,95%	8,36%	13,71%
Empregador	7,20%	2,98%	8,11%	4,11%
Conta-própria	33,46%	24,56%	34,72%	25,18%
Fam. Aux	0,24%	0,62%	0,37%	1,23%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

No quadro acima, foi realizada a primeira análise desconsiderando a condição de pobreza da família, ou seja, independentemente de ser pobre ou não. Raiher (2020, p. 63) afirma que a construção da sociedade brasileira sob o aspecto patriarcal provoca prevalências em aspectos sociais que são refletidos nas ocupações cuja mão de obra feminina é alocada.

De acordo com o SIS (IBGE, 2018) o trabalho informal pode ser caracterizado pelo não acesso a algum tipo de proteção social, como a ausência de carteira de trabalho assinada ou a não contribuição para a previdência social, que como consequência promove barreiras ao acesso de direitos básicos (salário mínimo e aposentadoria). Neste aspecto, a distribuição da mão de obra é semelhante para homens e mulheres entre o mercado formal e informal, porém as mulheres ainda assim apresentam maior alocação no mercado informal, quando comparadas aos homens. Em 2012 e 2018, 48% a 49% das mulheres chefes de família estavam ocupadas no setor informal, enquanto 45% a 47% dos homens ocupavam a mesma situação. Vale destacar que apesar das distribuições parecidas, após a categoria de conta própria, os homens sem carteira de trabalho se concentram na categoria privado, e as mulheres no setor doméstico.

Realizando a apuração do P0, constatamos que os responsáveis pobres estão ocupados, em grande parte, na categoria de Conta própria. Ao considerar o sexo, após conta própria, entre as mulheres pobres a maior taxa de ocupação está na categoria Doméstica sem carteira de trabalho.

Tabela 8 – Incidência de Pobreza por Ocupação e Sexo do Chefe de família

Ocupação	2012		2018	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Privado c/	6,91%	3,89%	1,74%	0,97%
Privado s/	21,59%	11,87%	24,50%	7,69%
Doméstico c/	0,42%	2,16%	0,13%	0,43%
Doméstico s/	0,86%	27,16%	1,23%	31,12%
Público c/	0,31%	0,19%	0,11%	0,01%
Público s/	0,82%	1,31%	0,88%	0,86%
Militar e Est	0,59%	0,93%	0,21%	0,22%
Empregador	0,91%	0,21%	1,15%	0,97%
Conta-própria	66,70%	48,96%	67,59%	52,28%
Fam. Aux	0,90%	2,87%	2,44%	5,46%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Para P1 e P2 são reproduzidos os mesmos padrões, ou seja, o hiato e desigualdade são maiores nos setores informais, com destaque para a ocupação por conta própria e familiar auxiliar, para ambos os sexos. Após essas duas categorias, entre as mulheres há maior desigualdade para aquelas que estão ocupadas como domésticas sem carteira de trabalho assinada. Assim como descrito por Novellino (2008, p. 14), a característica de ocupações para as chefes mais pobres é de empregos informais que conseqüentemente empregam baixa remuneração. Já os homens, P1 e P2 são mais significativos na categoria privado sem carteira. Tais resultados demonstram o que foi discutido por Raiher (2016, p.117), em que a alocação da força de trabalho feminina em segmentos menos organizados e informais (sem carteira de trabalho e por conta-própria), bem como a dedicação ao lar, são fatores relevantes para a inserção feminina na pobreza (RAIHER, 2016, p. 117).

Tabela 9 – Intensidade e Severidade de Pobreza por Ocupação e Sexo do Chefe de família

Ocupação	P1				P2			
	2012		2018		2012		2018	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Privado c/	0,27%	0,20%	0,04%	0,03%	0,07%	0,07%	0,01%	0,01%
Privado s/	6,00%	5,16%	5,27%	2,91%	3,45%	3,15%	3,15%	1,90%
Doméstico c/	1,11%	0,77%	0,09%	0,03%	0,36%	0,38%	0,02%	0,01%
Doméstico s/	5,08%	6,25%	4,24%	4,81%	3,39%	3,67%	3,22%	2,80%
Público c/	0,20%	0,16%	0,08%	0,12%	0,04%	0,04%	0,02%	0,05%
Público s/	1,29%	1,24%	0,73%	0,59%	0,51%	0,62%	0,32%	0,35%
Militar e Est	0,13%	0,06%	0,02%	0,03%	0,04%	0,01%	0,00%	0,01%
Empregador	0,35%	0,33%	0,32%	0,32%	0,18%	0,18%	0,18%	0,18%

Conta-própria	7,68%	7,91%	4,38%	4,97%	5,30%	5,54%	2,71%	3,15%
Fam. Aux	19,63%	19,89%	16,84%	11,33%	18,19%	15,22%	15,45%	8,66%

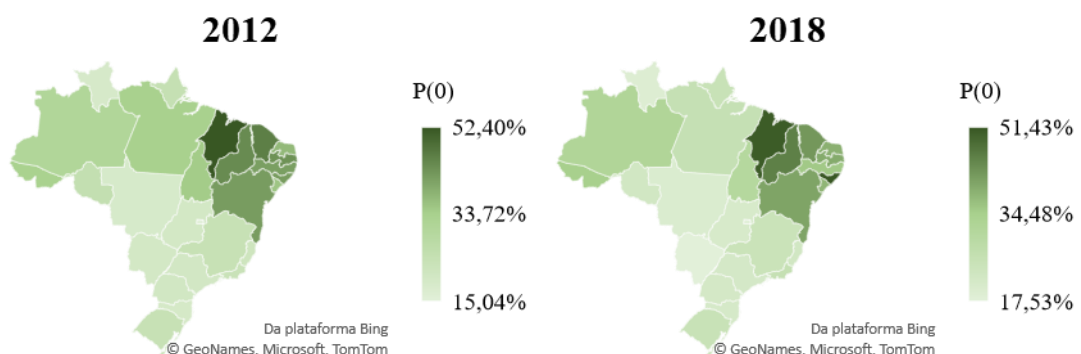
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Entretanto, é possível verificar por meio dos indicadores que em comparação aos homens o hiato e a desigualdade pioraram mais nas categorias público com carteira assinada, militar e estatutário, e conta própria. Todas as outras ocupações apresentaram piora significativa para os chefes homens. Considerando apenas a incidência de pobreza, o processo de feminização da pobreza ocorre em termos absolutos para as categorias de ocupação “Doméstica sem carteira” e “Conta própria”, entretanto o mesmo não se aplica para P1 e P2.

5.2.5. Região

Considerando apenas a variável Região, independente do sexo do chefe de família, assim como em trabalhos anteriores percebemos que os piores índices são registrados para as regiões Nordeste e Norte. Ao longo do período observado, ambas regiões apresentam pequena oscilação entre os indicadores, todavia para todos os anos podemos concluir que os responsáveis por domicílio dessas regiões apresentam maior incidência de pobreza. Para a intensidade e severidade, após a região Nordeste, a região Sudeste é a que possui maior desigualdade de renda e a renda média per capita mais distante da linha de pobreza, seguida pela região Norte. Até 2015 há uma tendência de redução na inferioridade de renda, entretanto tais melhorias não são expressivas (os indicadores oscilam permanecendo em 20%). Já no final do período analisado, é notada uma piora em P1 e P2 para todas as regiões do país.

Figura 1 – Mapa de *Headcount* da Pobreza por Estado Brasileiro (2012 – 2018)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

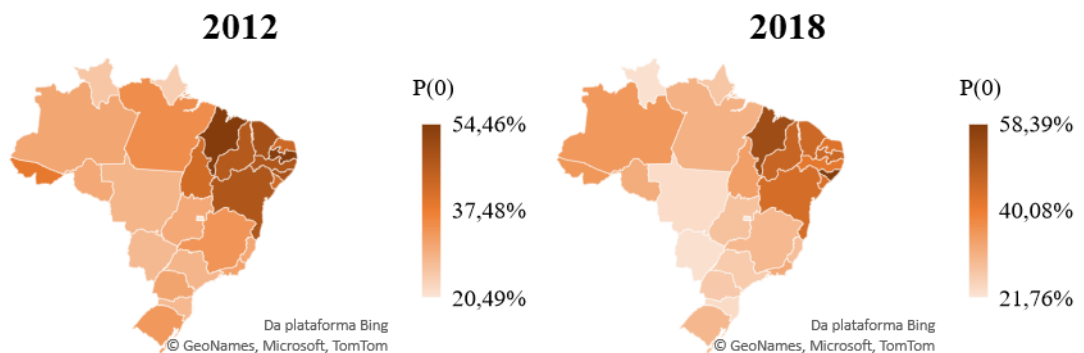
Tabela 10 – Incidência e Severidade da Pobreza por Região Brasileira

Intensidade da Pobreza - Regiões Brasileiras					
P1	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2012	11,46%	20,98%	11,84%	9,75%	9,11%
2013	11,82%	20,86%	12,65%	10,44%	9,34%
2014	11,79%	20,42%	13,67%	10,65%	9,26%
2015	11,94%	20,40%	13,26%	10,44%	9,71%
2016	12,19%	21,24%	13,86%	10,81%	9,81%
2017	13,68%	22,34%	13,58%	10,98%	9,96%
2018	13,79%	23,17%	13,90%	11,34%	9,43%
Severidade da Pobreza - Regiões Brasileiras					
P2	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2012	9,76%	18,55%	11,32%	9,44%	8,74%
2013	10,32%	18,71%	12,27%	10,25%	9,10%
2014	10,31%	18,27%	13,23%	10,42%	9,01%
2015	10,48%	18,40%	12,92%	10,30%	9,51%
2016	10,81%	19,27%	13,44%	10,61%	9,59%
2017	12,21%	20,35%	13,18%	10,80%	9,66%
2018	12,39%	21,32%	13,50%	11,17%	9,18%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

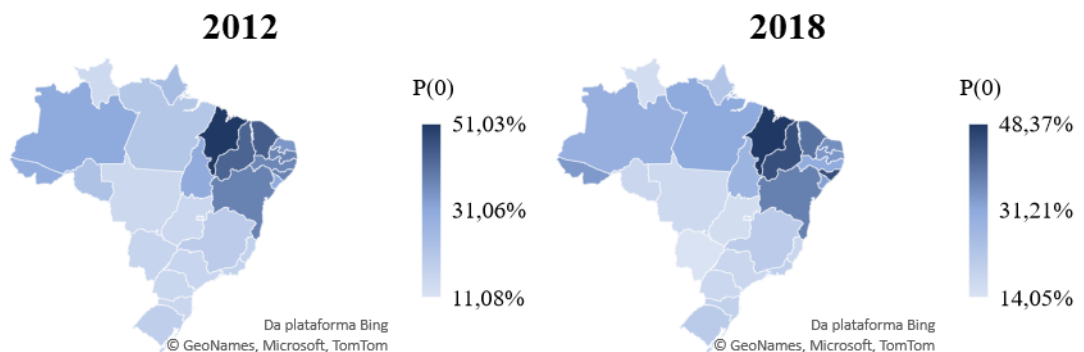
Ao inserir o fator sexo para o chefe de família, não há modificação nos padrões que anteriormente observados. Para todas as regiões brasileiras, chefes de família do sexo feminino são mais pobres, isto é, tanto P(1) quanto P(2) apresentam valores mais elevados entre as mulheres, com destaque para a região Nordeste, onde são observados os piores indicadores. O mesmo se aplica para a incidência de pobreza, que é mais expressiva na região Nordeste. Para os chefes de família do sexo masculino, apesar de resultados inferiores aos das chefes mulheres, a concentração dos piores resultados para os indicadores é replicada, ou seja, entre os responsáveis homens a pobreza também tem maior incidência na região Nordeste, bem como para essa região observamos maior desigualdade entre os mais pobres e maior inferioridade da renda. Raiher (2020, p.66) sugere que características presentes nessas regiões, como deficiência em infraestrutura produtiva e social, podem ser fatores capazes de influenciar a maior concentração da pobreza no Norte e Nordeste do país.

Figura 2 – Mapa de *Headcount* da Pobreza por Estado Brasileiro para chefia feminina (2012 – 2018)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Figura 3 – Mapa de *Headcount* da Pobreza por Estado Brasileiro para chefia masculina (2012 – 2018)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Tabela 11 – Incidência e severidade da pobreza por região brasileira e sexo do chefe de família

Chefe de Família Mulher					
P1	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2012	13,61%	24,06%	17,21%	14,73%	13,65%
2013	14,93%	24,61%	19,28%	17,48%	14,86%
2014	14,95%	24,05%	20,19%	17,06%	15,36%
2015	14,24%	22,48%	18,05%	15,34%	13,41%
2016	14,06%	23,12%	17,65%	13,95%	12,52%
2017	15,18%	24,02%	17,27%	13,62%	12,84%
2018	16,15%	24,74%	17,12%	13,30%	12,13%
P2	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2012	12,32%	21,97%	16,71%	14,39%	13,17%
2013	13,79%	22,90%	18,97%	17,33%	14,47%
2014	13,84%	22,29%	19,79%	16,80%	15,04%

2015	13,17%	20,79%	17,72%	15,19%	13,14%
2016	12,96%	21,34%	17,23%	13,75%	12,24%
2017	13,90%	22,20%	16,86%	13,42%	12,50%
2018	14,87%	23,04%	16,72%	13,12%	11,83%
Chefe de Família Homem					
P1	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2012	10,42%	19,35%	9,22%	7,62%	7,23%
2013	10,53%	19,10%	9,80%	7,91%	7,17%
2014	10,43%	18,56%	10,68%	8,33%	6,80%
2015	10,68%	19,08%	10,68%	8,20%	7,81%
2016	11,03%	19,92%	11,54%	8,88%	7,99%
2017	12,61%	21,08%	11,18%	9,17%	7,98%
2018	12,11%	21,93%	11,58%	9,89%	7,58%
P2	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2012	8,50%	16,74%	8,69%	7,33%	6,89%
2013	8,88%	16,74%	9,39%	7,70%	6,99%
2014	8,78%	16,23%	10,22%	8,11%	6,59%
2015	9,02%	16,90%	10,33%	8,06%	7,63%
2016	9,48%	17,81%	11,12%	8,69%	7,82%
2017	11,02%	18,96%	10,78%	8,99%	7,72%
2018	10,62%	19,96%	11,18%	9,73%	7,36%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Assim como nos resultados anteriores, constatamos variações percentuais de piora maiores entre os homens, em relação as responsáveis mulheres. Todavia, tal variação não é suficiente para provocar mudanças no perfil da pobreza ou torná-la equivalente entre homens e mulheres. Nesse caso, constatamos a feminização da pobreza para a região Norte, uma vez que a intensidade e a severidade da pobreza aumentaram entre as mulheres chefes dessa região, e apesar da incidência ter diminuído para ambos os sexos, essa amenização foi maior para os homens (8,20%) em relação as mulheres (6,30%).

5.2.6. Sexo e Composição Familiar do Chefe de família

Usualmente, as pesquisas realizadas com a finalidade de estudo da feminização da pobreza consideram a composição familiar para a qual essa chefia está distribuída, principalmente ao que diz respeito a situação conjugal (com ou sem cônjuge) e a ter ou não filhos.

Quando observamos a composição familiar de acordo com o sexo do responsável, para as famílias cujo responsável é do sexo feminino, é predominante o arranjo monoparental com filho, representando de 32% a 44% das famílias chefiadas por mulheres, enquanto a chefia

masculina está altamente alocada na composição casado com filho. Apesar das variações, o perfil da distribuição entre as chefias permaneceu o mesmo ao decorrer dos anos.

Tabela 12 – Composição Familiar por Sexo da Chefia

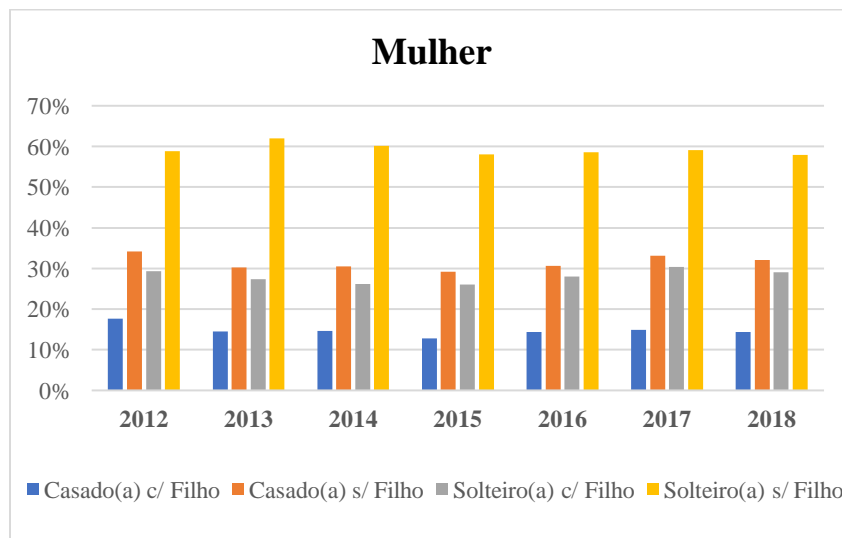
Composição familiar	2012		2018	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Casado(a) c/ Filho	63,94%	20,17%	54,36%	29,14%
Casado(a) s/ Filho	22,38%	7,61%	26,20%	12,91%
Solteiro(a) c/ Filho	3,08%	44,33%	3,89%	32,38%
Solteiro(a) s/ Filho	10,60%	27,89%	15,55%	25,57%

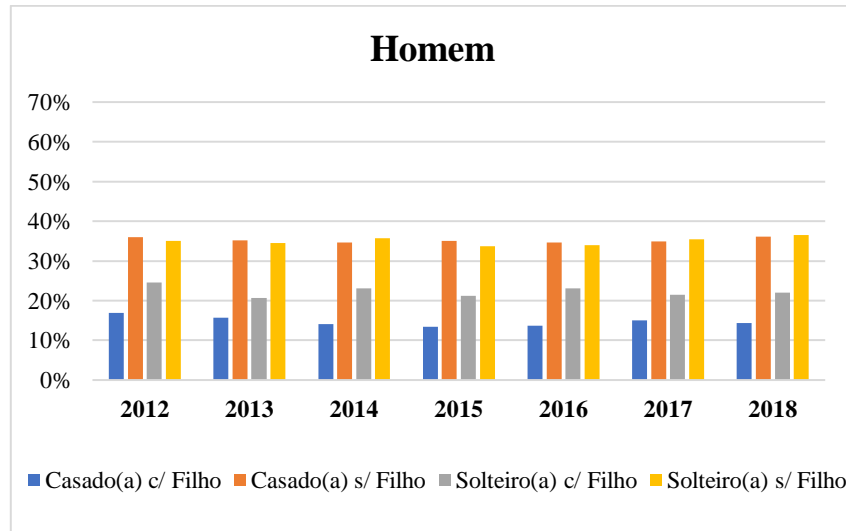
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Importante ressaltar que para essa pesquisa foi considerado filho o indivíduo identificado na condição no domicílio como (i) filho(a) do responsável e do cônjuge; (ii) filho(a) somente do responsável e (iii) enteado(a), sem notar a quantidade. E para cônjuge não foram feitas distinções quanto ao sexo, ou seja, independente se do mesmo sexo do chefe ou não.

Ao realizar a apuração dos indicadores FGT por composição familiar e sexo do chefe de família, é possível notar que entre as mulheres há maior incidência, intensidade e severidade da pobreza nas categorias em que não há presença de cônjuge.

Gráfico 15 – Headcount por sexo e faixa etária do chefe de família





Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

Tabela 13 – Intensidade e severidade da pobreza por composição familiar e sexo da chefia

P1	Homem				Mulher			
	Casado(a) c/ Filho	Casado(a) s/ Filho	Solteiro(a) c/ Filho	Solteiro(a) s/ Filho	Casado(a) c/ Filho	Casado(a) s/ Filho	Solteiro(a) c/ Filho	Solteiro(a) s/ Filho
2012	7,31%	17,59%	12,30%	17,54%	6,69%	16,19%	13,27%	29,71%
2013	6,85%	16,46%	10,50%	17,45%	6,20%	14,43%	12,18%	29,70%
2014	6,64%	17,39%	10,46%	18,18%	6,02%	16,24%	12,47%	30,86%
2015	6,42%	16,97%	10,41%	17,22%	6,27%	14,89%	12,34%	28,74%
2016	7,15%	17,69%	12,11%	18,08%	6,72%	15,93%	13,59%	29,76%
2017	7,76%	17,80%	11,45%	18,43%	7,05%	16,72%	14,43%	29,84%
2018	7,49%	18,46%	11,41%	18,99%	6,93%	16,73%	14,45%	29,76%
P2	Homem				Mulher			
	Casado(a) c/ Filho	Casado(a) s/ Filho	Solteiro(a) c/ Filho	Solteiro(a) s/ Filho	Casado(a) c/ Filho	Casado(a) s/ Filho	Solteiro(a) c/ Filho	Solteiro(a) s/ Filho
2012	5,88%	16,91%	11,22%	17,19%	5,38%	15,47%	12,00%	29,30%
2013	5,39%	15,31%	9,37%	16,56%	4,82%	13,45%	10,73%	28,28%
2014	5,34%	16,69%	9,41%	17,80%	4,79%	15,47%	11,32%	30,28%
2015	5,11%	15,86%	9,27%	16,38%	4,97%	13,85%	11,02%	27,47%
2016	5,92%	16,89%	11,12%	17,58%	5,58%	15,22%	12,39%	29,03%
2017	6,52%	17,02%	10,44%	17,92%	5,93%	15,99%	13,18%	29,17%
2018	6,35%	17,71%	10,51%	18,49%	5,87%	16,03%	13,32%	29,11%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE), para 2012-2018.

As mulheres solteiras, com ou sem filho, chegam a representar até 91% das famílias chefiadas por mulheres abaixo da linha da pobreza (2013). Já para as famílias chefiadas por

homens, a maior representatividade está alocada nas categorias de cônjuge. Avaliando P1 e P2 apurados em conjunto à P0, é possível interpretar que a ausência de cônjuge impacta significativamente as famílias chefiadas por mulheres. Outro ponto é que ao avaliar as variações percentuais acumuladas, no geral as composições familiares chefiadas por mulheres detêm os piores indicadores no decorrer do tempo.

Ao avaliar as composições familiares que possuem filho, independente da situação conjugal, os resultados obtidos para os indicadores podem parecer pouco intuitivo, todavia ao considerar somente a renda do trabalho e não fazer menção a quantidade/idade dos filhos dessas famílias, pode acontecer de que os filhos ou enteados contribuam ativamente com a renda domiciliar, tornando-a maior em relação às famílias que não possuem filhos/enteados.

Raiher et al (2020, p. 67) ao analisarem fatores que podem ser propícios para a pobreza de uma família, concluíram que a situação conjugal da mulher chefe de família tem um impacto negativo na pobreza, sendo que ao ser casadas a probabilidade de inserção na pobreza diminui em quase 20%. Para os autores, esse efeito é explicado porque ao possuir um cônjuge, a mulher chefe de família pode contar com uma segunda renda para auxílio no provento, todavia ao não possuir cônjuge além da redução nos rendimentos familiares, as chefes femininas enfrentam rendas salariais menores quando comparadas aos homens. Para os autores, tais fatores associados ao aumento no número de divórcios no país tornam tal impacto justificável na pobreza feminina.

Apesar da incidência de pobreza ter diminuído um pouco para as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, verificamos que ocorreu um aumento para os outros dois indicadores apurados, portanto podemos considerar que houve a feminização da pobreza para essas famílias quanto a intensidade e severidade da pobreza em termos absolutos. Para a análise relativa, também confirmamos a hipótese de feminização da pobreza para essas famílias, uma vez que a incidência de pobreza reduziu mais para os homens chefes das famílias monoparentais (10,28%) em relação às mulheres chefes (1,04%), e além disso, para os chefes de sexo masculino dessa composição familiar também diminuíram a intensidade e severidade da pobreza, ao contrário da realidade feminina.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado testou-se a hipótese de que no Brasil ocorreu o fenômeno de feminização da pobreza, no período de 2012 a 2018. Outros trabalhos identificaram traços do fenômeno no país para períodos anteriores, todavia é importante ressaltar que não há uma padronização na maneira com a qual esses resultados foram obtidos, ou seja, pesquisadores diferentes que empregam conceitos e metodologias diferentes.

Os principais resultados do presente trabalho indicam que ao avaliar somente o sexo do chefe do domicílio não é comprovado o processo de feminização da pobreza no Brasil, seja em termos relativos ou absolutos. Para ambos os sexos, apesar das diferenças na incidência, intensidade e severidade da pobreza, o movimento desses indicadores no decorrer do período é similar. Entretanto, ao apurar os indicadores FGT considerando também outras variáveis, além do sexo da chefia, constatamos o processo de feminização da pobreza em alguns grupos. Sob verificação absoluta, constatamos a feminização da pobreza para mulheres chefes de família com níveis de instrução menor ou igual ao ensino médio incompleto, uma vez que tanto a intensidade quanto a severidade da pobreza aumentaram de 2012 a 2018 para essas pessoas. Além disso, constatamos o mesmo movimento para a faixa etária de 65 anos. Quanto a ocupação dos chefes de família empregados, sob o viés absoluto, a incidência de pobreza aumentou para as chefes de família do mercado informal, no que se refere às domésticas sem carteira de trabalho ou que atuam por conta própria. Já considerando também a análise relativa, identificamos a feminização da pobreza para as chefes de família da região Norte e também para as chefes de famílias monoparentais.

No geral, apesar da feminização da pobreza não ter sido constatada para todas as variáveis analisadas, tornou-se evidente que para as mulheres chefes de família a pobreza é mais incidente, intensa e severa, pois apesar das variações sofridas com o decorrer do tempo, essas mulheres apresentaram continuamente indicadores mais altos em relação aos homens, além de estarem proporcionalmente mais inseridas abaixo da linha de pobreza (Gráfico 1). É certo que a pobreza vem aumentando para os homens, entretanto as variações identificadas não provocaram mudanças no perfil da pobreza. Analisando sob essa ótica, ou seja, comparando os níveis de intensidade, severidade e incidência, a pobreza além de ser característica das chefes do sexo feminino, também é mais forte entre os não brancos, para pessoas com baixos níveis de instrução, para aqueles que possuem ocupação informal, para os residentes das regiões Norte e Nordeste e para as mulheres sem cônjuge.

É importante ressaltar que é reconhecido que os resultados obtidos podem estar subvalorizados devido a metodologia adotada, isto é, possui algumas limitações como a linha de pobreza utilizada (administrativa), a não observância da desigualdade de renda intrafamiliar, a não consideração de rendas advindas do não trabalho e outras características dessas famílias (a quantidade de membros e a idade dos filhos, por exemplo). Tais limitações não invalidam os resultados obtidos, mas seria interessante que fossem avaliados mais profunda e cuidadosamente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Jessica de Abreu. **Linhas de pobreza e de riqueza: simulações para o Distrito Federal**. 2017.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; SANTOS, Daniel Domingues dos. **Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil**. Rio de Janeiro, 1999, p. 1 – 27.

BATISTA, Andrezza Luiza; COSTA, Lorena Vieira. DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES E POBREZA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE 2011 A 2015. **Revista Feminismos**, v. 7, n. 3, 2019.

Belchior, J. & Novellino, M. (2008). **Feminização e Transmissão Intergeneracional da Pobreza no Brasil**. XVI Encontro Nacional De Estudos Populacionais, Abep; IBGE

CARNEIRO, Douglas Mesquita; BAGOLIN, Izete Pengo; TAI, Silvio Hong Tiing. Determinantes da pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil no período de 1995 a 2009. **Nova Economia**, v. 26, p. 69-96, 2016.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CHIARINI, Túlio. Acesso a serviços públicos e pobreza no Rio Grande do Sul, 2000: uma análise espacial. **Ensaio FEE**, v. 30, n. 1, p. 195-228, 2009.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. 2008. COSTA, Joana Simões de Melo et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. 2005.

COSTA, M. B. da; SILVA, A. M. da. **Aspectos conceituais sobre pobreza: o Brasil no prisma das observações**. Jornada Internacional Políticas Públicas, 8ª, Cidade Universitária da UFMA, 2017. Não paginado.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, v. 1, p. 1-12, 2002.

DE CARVALHO, Abner Vilhena; DOS SANTOS, Ricardo Bruno Nascimento; GUIMARÃES, Jarsen Luis Castro. Caracterização Situacional da Pobreza na Amazônia Legal: uma Análise a partir da Decomposição dos Indicadores da Classe Foster-Greer-Thorbecke. **Cadernos CEPEC**, v. 5, n. 1-6, 2016.

DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas, 2012.

DE SOUZA, Virginia et al. A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL E SEUS DETERMINANTES. **Informe Gepec**, v. 24, n. 1, p. 53-72, 2020.

FIRPO, Sérgio Pinheiro; GONZAGA, Gustavo; NARITA, Renata. **Decomposição da evolução da desigualdade de renda no Brasil em efeitos idade, período e coorte**. 2003, p. 212 – 252.

GELINSKI, Carmen R. Ortiz G.; PEREIRA, Rosângela Saldanha. Mulher e trabalho não remunerado. **Mulher e Trabalho**, 2005.

GONÇALVES, S. L. **Vulnerabilidade das famílias à pobreza: uma análise empírica para seis regiões metropolitanas (2002 – 2011)**. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Rio de Janeiro: BNDES, 2015. 228p. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/5622>>.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. Edusp, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas metodológicas. Rio de Janeiro, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO; INDICADORES SOCIAIS. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2018. IBGE, 2018. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>>.

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro**. Revista Estudos Feministas, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996.

LETTIERI, Marcelo; PAES, Nelson Leitão. **Medidas de pobreza e desigualdade: uma análise teórica dos principais índices**. Fortaleza: Laboratório de Estudo da Pobreza/CAEN/UFC, 2006. Ensaio sobre Pobreza, 02.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de gênero em América Latina y El Caribe. Brasília: Cepal, 2005.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. Trabalho apresentado no XIV Encontro da ABEP, 2004 [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf]

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; BELCHIOR, João Raposo. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil. **Anais**, p. 1-20, 2016.

OLIVEIRA, N. S. M. N. de. **Pobreza das mulheres chefes de família da Região Nordeste do Brasil: uma análise multidimensional**. 2018. 184. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

PEREIRA, Ana Elizabete da Silva; MONTE, Paulo Aguiar. **Inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro e seus determinantes salariais: evidências para os anos 1995 e 2006**. Pernambuco, 2006.

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a_insercao.pdf Acesso em: 14 de abril de 2009.

RAIHER, A. P. **Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira**. Informe Gepec, Toledo, v. 20, n. 1, p. 116-128, 2016.

RAITANO, F. C.; RIBEIRO, M. G. **Pobreza: Conceitos e Métodos**. Observatório das Metrôpoles, nº 004. Rio de Janeiro, 2019, p. 4 – 24.

ROCHA, Luiz Eduardo Vasconcelos; SANTOS, Gilnei Costa; ROSADO, Patrícia Lopes. Indicadores de desigualdade de renda e pobreza na agricultura do Estado de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 15, n. 3, 2013.

ROMÃO, M. E. C. **Considerações sobre o conceito de pobreza**. Rio de Janeiro, 1982.

SANTOS, Ana Carolina Gomes dos. **A dinâmica da pobreza multidimensional no Brasil: uma análise para o período de 2009-2015**. 2019.

SCHINAIDER, Chinara Mendes; DA SILVA VIANA, Izabella Maria; TEIXEIRA, Evandro Camargos. Pobreza e gênero: evolução dos indicadores de pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT) para o Brasil. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-22, 2020.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. Poverty: an ordinal approach to measurement. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, p. 219-231, 1976.

SILVA, L. L. T. da. **Risco e Vulnerabilidade Social feminina**. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 4, 2018. DOI:

10.23899/relacult.v4i0.972. Disponível em:

<<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/972>>

SILVA, Mayra Rachel; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **MULHER, SINÔNIMO DE POBREZA?** Caderno Espaço Feminino, v. 25, n. 1, 2012. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/17563/11084>>

SOARES, S. S. D. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza:** objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4933> .

SOMMA, L. S. Pobreza y desigualdades de género. In: **Las bases invisibles del bienestar social:** el trabajo no remunerado en Uruguay. Uruguai: Editora Rosario Aguirre. 1º Edição, 2009. p. 125 – 154.

TRONCO, Giordano Benites; RAMOS, Marília Patta. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. **Revista de Administração Pública**, v. 51, p. 294-311, 2017. Osorio et al (2011, p. 15)

VAZ, D. V. **O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil.**

Economia e Sociedade vol. 22, nº 3, Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, dez. 2013, pp. 765-790.